


**JAQUELINE SCHMOELLER**

**QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA  
HABITAR BRASIL BID – REGIÃO CHICO MENDES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Serviço Social, Departamento de  
Serviço Social, Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edaléa Maria Ribeiro.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO  
EM: 22/08/08

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

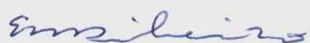
**Florianópolis  
2008/1**

**JAQUELINE SCHMOELLER**

**QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO PROGRAMA  
HABITAR BRASIL BID – REGIÃO CHICO MENDES**

**Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-  
Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.**

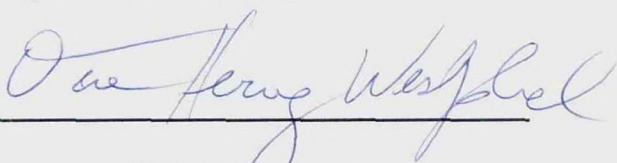
**BANCA EXAMINADORA:**



---

**Orientadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edaléa Maria Ribeiro - Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social



---

**1ª Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Vera Herweg Westphal - Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social



---

**2ª Examinadora**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Teresa dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina  
Departamento de Serviço Social

## AGRADECIMENTOS

Ao DEUS, que soprou em mim o fôlego da vida e que dá sentido ao meu viver, viverei para Ti eternamente.

À minha família, pelo apoio e carinho, vocês são importantes na minha vida, principalmente minha mãe Nilza, meu padrasto Acelon e meu irmão Deivid, amo vocês.

À pessoa, que mesmo estando longe dos meus olhos, torna os meus dias mais coloridos e faz o meu coração bater forte como nunca senti antes, todas às vezes que penso em você. Everton você é muito especial para mim.

Aos amigos e irmãos da Igreja Cristã Maranata, obrigada pelas orações que me sustentaram nessa caminhada.

Aos colegas, às assistentes sociais e estagiárias da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, pelo período que passamos juntos, de alegria e aprendizado profissional.

À professora Edaléa, pela orientação, paciência e competência profissional, suas contribuições farão parte da minha vida profissional.

Às supervisoras de campo Edna e Elizonete, pelos momentos de atenção e paciência no meu processo de ensino aprendizagem.

Aos moradores da Região Chico Mendes, em especial aqueles que acompanhei no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho e ao sr. Jair e sr. Antônio, pela disponibilidade em compartilhar experiências.

Às colegas de curso pelos momentos vivenciados nesta trajetória. Mas em especial a Taise, por estar sempre disposta a me ouvir, nunca irei te esquecer.

Às professoras Vera e Maria Teresa por aceitarem contribuir neste trabalho.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, pelo ensino do fazer profissional.

Obrigada!



SCHMOELLER, Jaqueline. **Qualidade de Vida e Participação Comunitária no Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

## **RESUMO**

Este trabalho busca identificar se os objetivos do Programa Habitar Brasil BID, a elevação da qualidade de vida e a participação comunitária, foram alcançados através da implementação do Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário na Região Chico Mendes. Buscou-se realizar uma análise da Política Habitacional para famílias de baixa renda e a trajetória dessa política no país ressaltando o Programa Habitar Brasil BID destinado a famílias com renda de até 3 salários mínimos, que residam em assentamentos precários, localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados. Além da sua efetivação no município de Florianópolis através do Programa Habitar Brasil BID região Chico Mendes. Para isso procura compreender a concepção de qualidade de vida e participação comunitária que orienta o Programa HBB, assim como, traz alguns conceitos sobre as temáticas propostas. Dessa forma, para analisar este processo, desenvolveu-se pesquisa quanti-qualitativa, através de aplicação de um questionário sobre qualidade de vida e participação comunitária com moradores da região Chico Mendes, beneficiários do Programa HBB. A partir da análise realizada pode-se identificar que ocorreu elevação na qualidade de vida dos moradores desta região relacionando-se aos aspectos materiais, ligados à infraestrutura e urbanização, mas com relação aos aspectos imateriais, orientados ao processo de ampliação de cidadania, construído por meio da participação cidadã, não foram efetivados em sua amplitude através das três macro-ações do trabalho social: Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e Geração de Trabalho e Renda.

**Palavras chaves:** Política Habitacional; Programa Habitar Brasil; Qualidade de Vida, Participação.



## LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAP	Caixas de Aposentadoria e Pensão
CECCA	Centro de Estudos Cultura e Cidadania
COHAB	Companhia de Habitação
ESA	Educação Sanitária e Ambiental
GTR	Geração de Trabalho e Renda
IAP	Institutos de Aposentadorias e Pensões
FCP	Fundação Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantias por Tempo de Serviço
FMIS	Fundo Municipal de Integração Social
FTT	Projeto Frentes Temporárias de Trabalho
MCIDADES	Ministério das Cidades
MOC	Mobilização e Organização Comunitária
PHBB	Programa Habitar Brasil BID
PIB	Produto Interno Bruto
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMHSA	Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Procedência dos Moradores.....	40
Figura 2	Renda Familiar.....	41
Figura 3	Grau de Instrução dos Entrevistados.....	41
Figura 4	Situação de Trabalho Atual.....	42
Figura 5	Tempo de Moradia na Comunidade.....	42
Figura 6	Número de Pessoas por Unidade Habitacional.....	43
Figura 7	Modelo de Unidade Habitacional.....	43
Figura 8.	Satisfação com a Atual Unidade Habitacional.....	44
Figura 9	Tamanho da Unidade Habitacional antes do PHBB.....	44
Figura 10	Material da Unidade Habitacional antes do PHBB.....	45
Figura 11	Isolamento Acústico.....	45
Figura 12	Material utilizado na Construção da Unidade Habitacional.....	46
Figura 13	Divisão dos Espaços Internos da Unidade Habitacional.....	46
Figura 14	Energia Elétrica antes da PHBB.....	47
Figura 15	Satisfação com a forma de acesso à Energia Elétrica antes do PHBB....	47
Figura 16	Energia elétrica depois do PHBB.....	48
Figura 17	Quantidade de vagas nas unidades de ensino antes do PHBB.....	48
Figura 18	Quantidade de Vagas nas Instituições de Ensino depois PHBB.....	49
Figura 19	Pavimentação das ruas antes do PHBB.....	49
Figura 20	Tipos de ruas antes do PHBB.....	50
Figura 21	Qualidade das Pavimentações das ruas antes do PHBB.....	50
Figura 22	Pavimentação das ruas depois do PHBB.....	51
Figura 23	Qualidade das Pavimentações das ruas depois do PHBB.....	51
Figura 24	Tipos de ruas depois do PHBB.....	52
Figura 25	Presença de Associação de Moradores na comunidade.....	52
Figura 26	Participação dos Entrevistados em Reuniões Comunitárias.....	53
Figura 27	Informação sobre Reuniões Comunitárias.....	53
Figura 28	Participação Comunitária antes do PHBB.....	54
Figura 29	Melhoria no Processo de Organização Comunitária.....	55
Figura 30	Participação em Cursos e Oficinas promovidos por técnicos do PHBB.	56
Figura 31	Participação no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho.....	56

Figura 32	Temas abordados pelo Projeto FTT.....	57
Figura 33	Coleta de Lixo antes do PHBB.....	57
Figura 34	Coleta de Lixo depois do PHBB.....	58
Figura 35	Abastecimento de Água antes do PHBB.....	58
Figura 36	Abastecimentos de Água depois do PHBB.....	59
Figura 37	Avaliação da Rede de Esgoto antes do PHBB.....	59
Figura 38	Avaliação da Rede de Esgoto depois do PHBB.....	60
Figura 39	Avaliação da Unidade Local de Saúde antes do PHBB.....	60
Figura 40	Avaliação da Unidade Local de Saúde depois do PHBB.....	61



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1</b>	<b>A POLÍTICA HABITACIONAL VOLTADA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA.....</b>	<b>12</b>
1.1	A efetivação da Política de Habitação Popular no Município de Florianópolis.....	20
1.1.1	A efetivação da Política de Habitação Popular em Florianópolis na Comunidade Chico Mendes.....	25
<b>2</b>	<b>QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>29</b>
2.1	A concepção de qualidade de vida e participação comunitária que orienta o Programa Habitar Brasil BID.....	29
2.2	O debate sobre qualidade de vida e participação comunitária.....	33
<b>3</b>	<b>QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO CHICO MENDES – O DESAFIO DO HBB.....</b>	<b>39</b>
3.1	Interpretação e Análise dos Dados.....	39
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>62</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

### APÊNDICE

Apêndice 1: Questionário sobre Qualidade de Vida e Participação Comunitária

### ANEXO

Anexo 1: Organograma da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da experiência de estágio curricular do curso de Serviço Social junto à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA) do município de Florianópolis, através do acompanhamento do Programa Habitar Brasil BID (PHBB) na região Chico Mendes.

A região Chico Mendes, está localizada no bairro Monte Cristo, área continental do município e contempla três comunidades com associações de moradores distintas, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte.

A área é considerada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) como de interesse social, por isso foi indicada para o execução do *Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região Chico Mendes* e aplicação dos recursos dos Programas Habitar Brasil e Habitar Brasil – BID, por critérios de hierarquização adotados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, levando-se em conta os aspectos: Social, Urbanístico, Infra-estrutura, Habitação e Legalidade.

Assim, o objeto de estudo do presente trabalho de conclusão de curso é compreender se o projeto desenvolvido junto à região Chico Mendes desde sua implantação, em junho de 2000, garantiram a elevação da qualidade de vida e a participação comunitária propostos no documento do Programa Habitar Brasil BID.

O procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento deste trabalho contou com pesquisas documentais, bibliográficas e em *sites*, além da realização de uma pesquisa quanti-qualitativa que utilizou como dados às informações estatísticas resultantes de questionário aplicado junto a moradores, usuários do Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes.

Assim, a primeira seção deste estudo aborda a Política Habitacional voltada para famílias de baixa renda, além da trajetória da política habitacional no país ressaltando o Programa Habitar Brasil BID destinado a famílias com renda de até 3 salários mínimos, que residam em assentamentos precários, localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.

A referida seção analisa ainda a efetivação da Política de Habitação Popular no Município de Florianópolis historicamente marcada por ações pontuais, desarticuladas e de caráter emergencial, além da efetivação da Política de Habitação Popular na comunidade

Chico Mendes, através da implementação do Programa Habitar Brasil BID - Região Chico Mendes.

A segunda seção do referido trabalho busca trazer uma reflexão acerca da compreensão de qualidade de vida e participação comunitária que orienta o Programa HBB e a literatura na área de humanas e sociais aplicadas, de tal forma que nos subsidiem nas reflexões a serem processadas nas seções que seguem.

Já a terceira seção apresenta o resultado e uma primeira análise dos dados coletados. Por fim, refletimos sobre os desafios postos para a profissão na execução das três macro-ações do trabalho social.



## 1 A POLÍTICA HABITACIONAL VOLTADA PARA FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA

A questão habitacional no Brasil está relacionada ao processo de industrialização, que no início do século XX marca a passagem do modelo econômico agroexportador para o urbano-industrial, o qual acelera o fenômeno de urbanização dos grandes centros e torna-se propício ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, impulsionando a migração de famílias para os grandes centros urbanos, em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho.

Segundo Miranda, falando da realidade catarinense, este afirma:

a migração esteve presente em todos os períodos da História. Com exceção dos índios, somos um país de migrantes. Neste contexto, definir quem é de fora ou quem é nativo fica sem sentido.[...] Em quase todo o litoral de Santa Catarina o crescimento migratório é elevado em todas as classes de renda. O “problema” reside no migrante de baixa renda, que sai do campo ou da sua pequena cidade, que mais nada tem a lhe oferecer, e chega à cidade média ou grande com poucos recursos para se inserir na cidade formal. (MIRANDA, 2001, p. 30)

O fenômeno da migração interna no Brasil inicia-se por volta da década de 60, quando a massa de trabalhadores, em especial do campo, abandonaram a terra, em busca de melhores condições de vida nas grandes cidades, submetendo-se a situações profundamente adversas.

[...] a partir dos anos 60 a migração campo-cidade se deu de forma bastante acentuada, sendo um dos formadores do elevado grau de urbanização de nossas cidades. Temos também [...] que uma fatia expressiva dos moradores das áreas carentes são oriundas de outros municípios, principalmente cidades do interior do estado (MIRANDA, 2008, p. 19).

A conseqüente aglomeração populacional provocou, dentre outros tantos desafios, precárias condições de habitabilidade motivando as primeiras ações relativas à área de habitação no país ainda que de cunho eminentemente sanitarista, mais voltada para as condições higiênicas da cidade do que para as necessidades de moradia desta população.

Apenas no Governo Vargas, na década de 30, é que foi efetivada uma resposta mais significativa à questão habitacional através dos investimentos nos fundos das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para construção de casas a operários e funcionários da União.

No ano de 1933, as CAPs foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) organizados por categoria profissional, diferentemente das CAPs que eram organizadas por empresas. Através dos recursos dos IAPs foram construídos os primeiros



conjuntos habitacionais no Estado de São Paulo, porém estes eram exclusivos aos trabalhadores assalariados, não atendendo a toda população.

A Política Habitacional Brasileira, ainda que embrionária, foi materializada em 1946, com a Fundação Casa Popular (FCP), o

[...] primeiro órgão nacional destinado a prover habitação às populações de baixa renda. Esta organização atuava independente da vontade popular e reservava para si a decisão sobre o local de construção, seleção e classificação dos candidatos (GODOY, 2007, p. 18).

Mas o que efetivamente pode ser compreendido como uma Política Habitacional desencadeou-se apenas em 1964, com objetivo de diminuir o déficit habitacional, resultado da inexistência de ações públicas com relação à urbanização e a habitação, através da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O BNH visava promover a construção e aquisição da casa própria, principalmente para famílias de baixa renda. Neste momento, a intervenção estatal na área habitacional ocorreu com mais consistência. Contudo a Política Habitacional Brasileira não deixou de ser, segundo Gomes (2003), uma

[...] resposta do Estado ao capital, no sentido da reprodução deste aos interesses externos – além de ter servido como instrumento de controle econômico e político, auxiliando, em certos momentos, a amenização dos conflitos pela posse do solo urbano (GOMES, 2003, p. 156).

O SFH e BNH tinham como objetivos coordenar a política habitacional dos órgãos públicos; orientar a iniciativa privada, incentivando a construção de moradias populares; financiar a obtenção da casa própria, contribuindo na melhoria do padrão habitacional e do ambiente; acabar com as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção civil e estimular a poupança privada e o investimento. As fontes de recursos para o BNH eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), já que o banco era o gestor financeiro do Fundo e das Cadernetas de Poupança.

A atuação do BNH nos primeiros anos esteve direcionada a habitação de interesse social, ou seja, tinha como demanda os setores populares. Mas no início da década de 70, privilegiou a habitação para classe média. As COHABS (Companhias de Habitação) foram criadas em 1974, para atuar como agentes financeiros dos recursos do BNH ao mercado popular que atende famílias com renda familiar de até cinco salários mínimos, através de: Construção de moradia popular; Programas de titulação de terra em áreas urbanas ocupadas irregularmente e Intervenção em áreas urbanas degradadas



Em 30 anos (1964 /1994) o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), financiou a construção de 5,6 milhões de unidades domiciliares. Deste total 59% foram para a faixa de renda de até 10 salários mínimos. As COHABs produziram 2 milhões de unidades, que vão desde lotes urbanizados e conjuntos habitacionais à urbanização de favelas. No mesmo período a produção de moradias permanentes foi de 31,5 milhões. Isto significa que a capacidade de produção, através da “poupança doméstica”, autoconstrução e autofinanciamento é muito maior do que a capacidade produtiva dos sistemas financeiros governamentais (MIRANDA, 2001, p. 34).

De 1970 a 1980, os recursos do BNH diminuíram em decorrência da inadimplência dos mutuários que já haviam sido contemplados com a casa própria e da diminuição dos recursos procedentes do FGTS, devido ao aumento do desemprego e da retirada dos fundos por parte dos trabalhadores que ficavam desempregados.

Portanto, a partir de 1986, ocorre à extinção do BNH devido às fortes crises no sistema habitacional brasileiro. A Caixa Econômica Federal (CEF) fica responsável em desenvolver a política habitacional no país. Em 1988, com a Constituição federal através do capítulo da política urbana, nos artigos 182 e 183, a sociedade brasileira passa a contar com um respaldo legal importante para abordagem do planejamento e gestão urbanos, porém isto não garantiu a gestão democrática das cidades brasileiras e a efetivação da justiça social.

O Ministério do Interior, ao qual estava vinculado o BNH, foi substituído pelo MDU (Min. do Des. Urbano). Em 1987 o MDU foi transformado em MHU (Min. da Habitação, Urbanismo e Des. Urbano), ao qual vinculou-se a CEF, substituta do BNH. Em 1988 o MHU foi transformado em MBES (Min. da Habitação e Bem Estar Social), extinto em 1989. As políticas habitacionais foram transferidas para o Ministério do Interior e a CEF para o Ministério da Fazenda. Em 1990 o MAS (Min. de Ação Social) transformou-se em Ministério do Bem Estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação (ARRETCHE apud MIRANDA, 2001, p. 34)

Nos anos 90, no Governo Collor de Melo, a deficitária Política Habitacional no Brasil ficou ainda mais comprometida, devido ao confisco das Cadernetas de Poupanças, levando a estagnação na poupança e no FGTS. Ainda neste governo o Estado reduziu a participação no mercado de terras. Essa ausência do Estado no mercado agravou-se cada vez mais, dificultando o acesso das classes populares à moradia.

Segundo Miranda (2001), entre 1980 e 1992 os recursos destinados ao setor habitacional teve uma diminuição drástica de US\$ 4.8 bilhões em 1980 para US\$ 1.5 bilhão em 1992. O acesso a terra passou a ter como referência as leis do mercado. Nesta mesma década, no Brasil e no mundo ocorrem uma série de transformações no papel do Estado, com relação



as suas funções com a economia e com a sociedade, decorrente do processo de globalização financeira e produtiva internacional.

Tal processo ficou marcado pela ideologia do “neoliberalismo” que orienta a redução do papel do Estado nas políticas sociais, tornando-o promotor e regulador dos serviços públicos e não mais provedor, ou seja, “Estado Mínimo” nos investimentos de políticas sociais e “Estado Máximo” para o mercado, transferindo para sociedade civil responsabilidades que antes eram do espaço estatal. Segundo Maricato (2008),

desde a extinção do BNH, em 1986, o governo federal se ausentou da formulação de uma política que fosse além de programas isolados que sofriam mudanças constantes. Nas décadas de baixo crescimento econômico e falta de política habitacional e urbana, 1980, 1990 e início da década de 2000 as favelas apresentaram um crescimento explosivo. Em 2000 e 2002 praticamente 60% dos recursos sob gestão federal foram destinados às famílias que ganhavam mais de 5 s. m. que representam 8% do déficit habitacional. Para reverter essa tendência e dar prioridade às faixas mais baixas de renda na aplicação dos recursos sob gestão federal seria necessário ampliar o mercado privado de modo a atender à classe média. (MARICATO, 2008, p. 1).

Nesse sentido, de acordo com dados do Instituto Polis (2002), as propostas de intervenções e a formulação de políticas e programas na área habitacional, são orientadas pela maneira a qual se define o déficit habitacional. Na época do BNH, as habitações que não tivessem determinado padrão deveriam ser substituídas por novas; dessa forma, as moradias precárias em favelas, sem infra-estrutura adequada, deveriam ser demolidas. Para enfrentar a questão, acreditava-se que era necessário priorizar a construção de novas edificações.

Os programas voltados a essa avaliação contribuíram mais para a indústria da construção civil, do que efetivamente para o enfrentamento dos problemas mais graves de moradia. Questionando esta abordagem, alguns trabalhos foram elaborados construindo instrumentos que possibilitaram uma aproximação da real situação habitacional no Brasil e contribuíram para a formulação de novas propostas e programas mais adequados às diferentes situações existentes.

Ainda conforme dados do Instituto Polis (2002), o conceito de déficit passou a considerar a autoconstrução e as favelas como formas de inserção urbana. E distinguiu as deficiências de moradias reconhecendo que nem todas que desobedeciam aos padrões legais precisariam ser reconstruídas. No entanto, estas habitações exigiam outros tipos de atendimento, como a urbanização, esse tipo de intervenção promovia melhoria de acessos, circulação e infra-estrutura nas ocupações já existentes.



Segundo dados da Fundação João Pinheiro (1995), as necessidades habitacionais passaram a ser divididas em três categorias, para se definir propostas específicas e a prioridade para cada tipo de intervenção:

- **inadequação das moradias** – as moradias apresentam carência de infra-estrutura urbana no todo ou em parte (água, luz, coleta de lixo etc.) ou apresentam adensamento excessivo;
- **déficit habitacional** - indica necessidade de novas moradias para substituir unidades precárias ou que sejam objeto de coabitação familiar;
- **necessidades habitacionais** - constituem o somatório do déficit habitacional e das moradias inadequadas.

Ainda de acordo com informações da Fundação João Pinheiro (1995), nos anos 90 a concentração do déficit habitacional ocorre nas faixas mais pobres da população, famílias que recebem até cinco salários mínimos. Estas famílias, não conseguem acessar ao mercado formal para aquisição de uma nova unidade habitacional e encontra dificuldades para se encaixar nas linhas de financiamento disponíveis para este fim. A principal característica do déficit habitacional corresponde à coabitação familiar, ou seja, mais de uma família morando na mesma casa e esta situação é que gera maior demanda de novas habitações. Outra questão referente ao déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel, isso demonstra que o valor pago pelo aluguel pesa cada vez mais, se comparado a renda das famílias ao qual o déficit se relaciona inferior a cinco salários mínimos.

Em 1995 as questões relativas à habitação e desenvolvimento urbano em nível federal passaram para a Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento, cujos objetivos são focalizar o atendimento às populações com renda de até 03 salários mínimos, melhorar o mercado da habitação com financiamento direto (sem intermediários), urbanizar áreas degradadas, expandir redes de infra-estrutura e construir unidades habitacionais. Os programas Pró-Moradia e Habitar Brasil foram os dois carros-chefes. Investiu-se mais de dois bilhões de dólares entre 1995 e 1998 (MIRANDA, 2001, p.3)

Os programas acima citados, Pró-Moradia e Habitar Brasil, se diferenciavam por possuir fontes de financiamento diferentes. Enquanto o Habitar-Brasil é financiado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), o financiamento do Pró-Moradia é através de um fundo gerado a partir de contribuições mensais compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia, o Fundo de Garantia e Tempo de Serviço (FGTS). A implicação disso é



que os financiamentos concedidos com recursos provenientes do FGTS têm necessariamente de ser ressarcidos a fim de evitar o esgotamento do mesmo, ao contrário dos financiamentos concedidos com recursos orçamentários, que não tem necessidade de ser repostos (SEPURB, 1998).

No governo de Fernando Henrique Cardoso, 1999-2002, a intervenção na área habitacional acontece via Programa Habitar Brasil, originário do Governo Sarney, mas agora contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida da União e do Município com agente executor.

O Programa Habitar Brasil - BID volta-se à superação das condições de subnormalidade em áreas periféricas, por meio da implantação de projetos integrados, associado à capacitação técnica e administrativa dos municípios. Tal programa foi idealizado como um projeto piloto para financiar obras e ações nos municípios capitais de estado ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.

O Programa HBB fica, pois, formatado com os seguintes objetivos:

- contribuir para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias, predominantemente aquelas com renda mensal de até 3 salários mínimos, que residem em assentamentos subnormais, localizados em Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de Estados;
- estimular os governos municipais a desenvolver esforços para atenuar os problemas dessas áreas, tanto nos efeitos como nas causas, inclusive as institucionais, que os originam; e
- aprofundar o conhecimento setorial dos problemas de habitação e infra-estrutura urbana do país.

Para atingir esses objetivos, o Programa foi dividido em dois subprogramas, cujas ações são interdependentes e de execução simultânea:

- Subprograma de Desenvolvimento Institucional – DI, com objetivo de capacitar as prefeituras em todos os aspectos pertinentes à gestão do setor habitacional urbano, e desenvolver ações de capacitação e estudos setoriais de interesse do âmbito da política nacional.
- Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS, que trata da implantação e execução de projetos integrados para urbanização de assentamentos subnormais.



O programa HBB prevê intervenções urbanas para aperfeiçoar, modernizar e capacitar as prefeituras municipais, com o objetivo de melhorar sua atuação local na solução dos problemas urbanos e habitacionais das cidades. E estabelece como estratégia que os municípios só tenham acesso aos recursos para urbanização de assentamentos à medida que avancem nas ações de desenvolvimento institucional.

Assim, o Habitar Brasil/BID foi concebido com o objetivo principal de apoiar os municípios na construção de soluções para assentamentos urbanos precários de baixa renda, e o governo federal na elaboração das políticas pública urbana e habitacional.

Como iniciativa mais importante do governo federal que contempla num mesmo programa o apoio à urbanização de forma integrada de assentamentos precários de baixa renda e o financiamento de ações de desenvolvimento institucional voltado para o setor urbano e habitacional, o Habitar Brasil/BID cumpre hoje um papel relevante no apoio aos municípios brasileiros de regiões metropolitanas e aglomerados urbanos no enfrentamento da questão urbana e habitacional. A capacitação dos municípios propiciada pelo Programa permitirá aos mesmos o exercício com plenitude do seu papel no processo de construção de uma política urbana descentralizada e democrática, integrada e eficiente. (BRASIL, 2000, p. 1)

O objetivo de desenvolvimento do Programa HBB consiste, assim, em apoiar a estruturação de novo modelo de Política Habitacional e a implementação de projetos de urbanização em assentamentos subnormais, contribuindo para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população carente em metrópoles e aglomerações urbanas brasileiras.

Segundo o Projeto de Apoio à Implementação do Programa HBB (2000), para alcançar os objetivos propostos, optou-se por estruturar o Programa em dois componentes ou sub-programas, um de apoio técnico e o outro de suporte financeiro e execução, cada um deles com seu próprio montante de recursos, compreendendo, respectivamente:

- a) **Subprograma de Desenvolvimento Institucional – DI**, com recursos no valor de US\$ 62,5 milhões (sessenta e dois milhões e quinhentos mil dólares americanos), destinados a promover a modernização e ampliação da capacidade de gestão dos organismos (federais e municipais) responsáveis pela implementação do projeto, assim como o planejamento das intervenções no plano local. Engloba ações destinadas ao fortalecimento do MCIDADES e o desenvolvimento institucional dos Municípios;
- b) **Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS**, cujos recursos alcançam o valor de US\$ 332 milhões (trezentos e trinta e dois milhões de dólares



americanos) destinados à execução das intervenções nas áreas/bairros selecionados, compreendendo as obras de melhoria habitacional, a provisão de serviços de infra-estrutura e as ações relativas à provisão de equipamentos sociais e de adequação ambiental.

O Programa Habitar Brasil/BID será conduzido pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU/PR. Para apoiar o MCIDADES na implementação do Habitar, será celebrado entre o Governo Brasileiro, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC, um novo Acordo de Cooperação Técnica que dê suporte às atividades de responsabilidade do Governo Federal, dentro do Programa. (BRASIL, 2000, p. 81).

Os investimentos destinados à melhoria das condições habitacionais e de infra-estrutura tem como público-alvo a população urbana que habita as regiões metropolitanas, capitais e aglomerações urbanas brasileiras em condições subnormais.

Na execução de projetos integrados de urbanização, equipes multidisciplinares atuarão em conjunto no trato de diversos aspectos da questão urbana, nas áreas ambiental, social, fundiária e de engenharia. Os projetos, necessariamente, contemplam ações, obras e serviços que proporcionam a superação das condições de subnormalidade de assentamentos habitacionais irregulares, carentes de serviços públicos essenciais, incorporando-os à cidade formal.

O programa HBB, para efetivação da participação da comunidade local, desde o planejamento da proposta até a conclusão da execução física das obras conta com projetos de apoio, orientação e mobilização da comunidade, de capacitação profissional, de geração de trabalho e renda e de educação sanitária e ambiental.

Para operacionalização do Programa definiram-se dois requisitos básicos: **1)** a constituição de uma unidade responsável por sua execução, que recebeu o nome de Unidade Executora Municipal (UEM<sup>1</sup>) e **2)** a elaboração de um Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS<sup>2</sup>), além de garantirem condições mínimas para execução do Programa, revelaram-se importantes fomentadores do amadurecimento do setor habitacional.

Os participantes do Programa HBB são: **Ministério das Cidades (MCidades)** Órgão gestor do Programa, com atribuições de promover treinamentos, planejar, organizar,

<sup>1</sup> Unidade Executora Municipal – UEM e Unidade Executora Estadual – UEE: unidade municipal ou estadual diretamente responsável pela implementação das ações e dos projetos financiados pelo Programa, a ser constituída pelo Município ou Unidade da Federação (BRASIL, 2004, p. 6)

<sup>2</sup> PEMAS: Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais. Documento base apresentado pelo Município ou Distrito Federal, para ingresso no Programa, que encerra análise de sua situação urbana e habitacional, bem como apresenta as estratégias para a requalificação do setor (BRASIL, 2004, p. 9)



coordenar e controlar sua execução; **Caixa Econômica Federal (CEF)** Empresa pública contratada pela UNIÃO para operacionalização do Programa através dos projetos em que se desdobra, orientando suas formulações e realizando as atividades de análise, aprovação, acompanhamento e avaliação dos projetos integrados; **Municípios, Distrito Federal e estados** proponente e agente executor das ações e dos projetos financiados com recursos do Programa, responsáveis pela implementação das ações e dos projetos financiados pelo Programa; **Entidade Representativa dos Beneficiários – ER** - Organizações comunitárias responsáveis pela representação dos beneficiários finais das ações e dos projetos financiados pelo Subprograma UAS, com atribuição de participar efetivamente de todas as etapas do trabalho voltado para sua comunidade.

Como vimos, o Programa HBB faz parte da Política Nacional de Habitação que visa promover as condições de acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, em especial ao de baixa renda, conforme estabelece o artigo XX da Constituição Federal, que considera a habitação um direito do cidadão, e o Estatuto da Cidade, através da função social da propriedade, que ressalta a inclusão social, a gestão participativa e democrática.

A partir do exposto, vamos entender como se dá a efetivação da política de habitação popular em Florianópolis.

### 1.1 A efetivação da Política de Habitação Popular no Município de Florianópolis

A questão habitacional no Município de Florianópolis historicamente foi marcada por ações pontuais, desarticuladas e de caráter emergencial. Por muito tempo a COHAB-SC, desempenhou o papel de provedora da habitação na região, principalmente por programas de construção de conjuntos habitacionais populares ou de regularização fundiária em área de interesse social<sup>3</sup>.

A prefeitura teve sua primeira intervenção através do Projeto SAPÉ em 1978, mas por falta de estrutura institucional do Município, a COHAB-SC assumiu as ações iniciadas. Entre 1989 e 1992, foi realizado cadastramento pelo Município das áreas consideradas de interesse social e a caracterização socioeconômica dos seus moradores, resultando no documento

---

<sup>3</sup> Zonas de Interesse Social (ZEIS): são áreas ocupadas por assentamentos habitacionais populares onde se aplicam normas específicas para a regularização fundiária, urbanização e edificação, as quais se superpõem às normas gerais do Plano Diretor (Lei Complement. 207/05 art. 1º, § 1º)



“Perfil das Áreas Carentes de Florianópolis” que contribuiu para fundamentar projetos buscando saídas para a questão habitacional popular (FLORIANÓPOLIS, 2006).

De acordo com Miranda (2001), no ano de 1997, foi realizada uma pesquisa, por amostragem simples, e aplicados 1.124 questionários em 38 áreas de Florianópolis – Ilha e Continente - coordenada pela Divisão de Ação Comunitária, atual Divisão de Apoio e Assessoria às Comunidades, da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Ainda segundo este mesmo autor, para mapear e identificar as favelas da Grande Florianópolis foram utilizados os seguintes parâmetros:

- **Renda familiar** predominante da maioria da população de até 03 salários mínimos;
- **Habitações precárias** com relação aos materiais de construção, tamanho, densidade habitante /quarto ou localização e entorno de risco, insalubre e ambientalmente incorreto;
- **Infra-estrutura urbana e/ou equipamentos sociais** insuficientes ou ausentes, comprometendo - somado aos itens anteriores - a qualidade de vida daquela população;
- Por serem **áreas de invasão**, em sua grande maioria, a titularidade da terra é precária;
- O **desenho urbano** é bem característico: são vielas estreitas, irregulares, lotes sem nenhuma regularidade, enfim, um desenho caótico que compromete a qualidade de vida dos seus habitantes.

Tais itens quando analisados em conjunto, revelam um meio físico caótico, desassistido e precário interferindo na qualidade de vida das pessoas que lá habitam.

Segundo Miranda (2008) assentamentos precários no Município de Florianópolis estão presentes em todas as regiões da cidade. Os moradores em sua maioria são migrantes, porém residem a mais de 20 anos na cidade. A renda do chefe de família é bastante baixa, encontrando-se uma grande parte dos moradores abaixo da linha de pobreza. O nível de instrução do chefe de família é baixo e uma parcela significativa está inserida, no mercado de trabalho, com presença também, no mercado formal. Esse baixo nível de instrução dos chefes de família é um dos motivos que leva a baixa remuneração e como consequência, ter como local de moradia os assentamentos precários.

No Município de Florianópolis as ocupações irregulares, encontram-se em áreas ambientais frágeis, como áreas de preservação permanente, como as ocupações no Maciço do Morro da Cruz ou do Saco Grande, além das ocupações sobre o mangue da Tapera ou Rio Tavares e nas dunas nos Ingleses.



É nítida a relação entre a deterioração da habitação e a depredação do meio ambiente. Nas áreas onde o mercado imobiliário não pode produzir por restrições ambientais (dunas, mangues, áreas de proteção de mananciais, morros de alta declividade, beira de rios e córregos, áreas verdes de loteamentos, entre outros) surgem favelas e loteamentos clandestinos. Já no litoral são loteamentos irregulares de classe média que desrespeitam os parâmetros ambientais. O problema do meio ambiente não pode ser enfrentado nas cidades sem considerar a questão habitacional, vital para qualquer intervenção consistente de preservação ambiental dos assentamentos humanos (MIRANDA, 2001, p. 67).

Segundo Miranda (2008) os principais fatores que contribuem para a formação dos assentamentos precários são a migração, a pobreza advinda do campo que se concentra nas cidades, o elevado déficit habitacional, a rápida urbanização, não dando tempo para as cidades se prepararem para este crescimento, ainda, o empobrecimento da população, a concentração de renda, a segregação espacial urbana e também as demais políticas sociais deficitárias.

Na mesma época foi criado o Fundo Municipal de Integração Social (FMIS) com a missão de financiar os empreendimentos e as ações nas áreas de habitação e desenvolvimento social. Instituiu-se também o Conselho do FMIS, um instrumento de gestão partilhada com os segmentos comunitários interessados nas políticas de habitação e desenvolvimento social.

Também no ano de 2000 foi criada a Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SMHTDS), atualmente Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), incorporando as diretrizes da Administração pública às exigências do programa Habitar Brasil BID. O Organograma Institucional desta secretaria (vide anexo) foi aprovado através da Lei Complementar nº 320 de 03 de abril de 2008, que dispõe sobre a criação na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental e dá outras providências.

Distintos projetos deram encaminhamento à questão habitacional, uns em resposta a pressões advindas dos movimentos sociais de abrangência local e outros pela compreensão que o próprio órgão público tinha acerca da problemática habitacional.

No período entre 1989 e 1992, foi implantado o Loteamento Jardim Ilha Continente em capoeiras, visando regularizar a posse da terra, beneficiando 144 famílias, além da construção de 50 unidades habitacionais, para as famílias que ocupavam a área destinada à implantação da via PC-3, no continente. No ano de 1996, a Prefeitura implantou um Projeto Habitacional na Vargem do Bom Jesus nos Ingleses, construindo 16 unidades habitacionais conhecidas como Conjunto Vila União. Este projeto foi uma resposta à ação da Promotoria Pública que convocou a Prefeitura a remover as famílias de baixa renda que ocuparam a área pública no Balneário Canasvieiras e uma área de preservação ambiental no Morro da Cruz.



Mas foi no período de 1997 a 2000, que a prefeitura deu um grande impulso na implantação de projetos habitacionais, utilizando recursos dos Governos Municipal, Estadual e Federal para execução dos seguintes projetos: continuidade do Conjunto Habitacional Vila União, com a construção de mais 159 moradias que atenderam famílias vítimas das enchentes de 1995 e também daquelas removidas das margens da Via Expressa (BR-282); Conjunto Habitacional Vila Cachoeira no Bairro Saco Grande, que implementou a execução de 205 habitações com infra-estrutura e equipamentos comunitários, também para as famílias removidas da Via Expressa (BR-282); Chico Mendes, no Bairro Monte Cristo, através de 140 moradias, atendendo famílias das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte; e Conjunto Abrão, por meio da COHAB-SC, que executou 177 unidade no Bairro Abraão no Continente, para beneficiar a população removida da Via Expressa (FLORIANÓPOLIS, 2006).

O Município, para atender também famílias na faixa de renda de 5 a 10 salários mínimos, efetivou parceria com a CAIXA, provedora dos recursos financeiros do Programa Crédito Associativo do FGTS, que participou no cadastramento das famílias, no gerenciamento para a elaboração, análise e aprovação dos projetos junto aos setores competentes, empresas de construção e de consultoria e com a associação composta pelas entidades beneficiárias, entre os quais foram executados os conjuntos habitacionais Caminho do Mar e Vilares, construindo 430 habitações.

Segundo documentos da instituição, a partir disso a PMF percebeu a necessidade de promover uma avaliação da legislação urbano/habitacional do Município para atender às demandas das classes populares e de baixa renda, além da importância de

[...] estruturar políticas e programas, assim como instituir um órgão gestor para dar encaminhamento a estas demandas, dentro dos princípios básicos de manutenção e construção de uma cidade com qualidade de vida e respeito as suas características ambientais (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 10).

Assim no ano de 1998, o Município, junto ao Governo Federal, firmou convênio com o Programa Habitar Brasil/BID. Tal programa, como já afirmamos anteriormente, destina recursos para o fortalecimento institucional e para execução de obras e serviços de infraestrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental. O programa é voltado à famílias de baixa renda, com renda de até 3 salários mínimos, que residam em assentamentos precários, localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados.



O Objetivo da Política Habitacional no Município, segundo documentos da instituição, é pois, o atendimento das questões habitacionais, mediando o acesso à moradia, com melhoria das condições de habitabilidade, de preservação ambiental e de qualificação dos espaços urbanos, avançando na construção da cidadania. E de forma específica:

- Atendendo de maneira direta, a população mais carente, integrando processos de desenvolvimento social e geração de renda;
- Atendendo de maneira indireta e integrada a outros setores do Governo e da iniciativa privada, a população com renda acima de 5 salários mínimos;
- Viabilizando soluções habitacionais que atendam as minorias da população nativa de Florianópolis;
- Possibilitando o acesso das diversas camadas sociais a terra;
- Urbanizando as áreas com assentamentos subnormais;
- Reassentando moradores de áreas impróprias ao uso habitacional e em situação de risco, restaurando o ambiente degradado;
- Viabilizando a regularização fundiária, urbanística e edilícia de assentamentos subnormais e de parcelamentos clandestinos e irregulares;
- Atendendo padrões adequados de preservação ambiental e de qualidade urbana;
- Integrando a Política Habitacional às demais políticas públicas, com ênfase às sociais, de geração de trabalho e renda, de educação ambiental e de desenvolvimento urbano;
- Ampliando parcerias com os setores públicos e privados para viabilizar a diversidade na oferta de habitações populares;
- Estabelecendo canais permanentes de participação das comunidades e da sociedade organizada na formulação, implementação e controle da aplicação dos recursos da Política Habitacional e nos seus programas específicos;
- Assumindo uma visão regional da problemática habitacional, buscando uma maior articulação com os municípios metropolitanos na busca de soluções;
- Buscando a integração com os diversos níveis: Federal, Estadual e Municipal para atingir a racionalidade na aplicação dos recursos humanos, materiais e financeiros, utilizados na resolução das questões habitacionais;
- Desencadeando um processo de revisão e de complementação do Plano Diretor, com ênfase na questão habitacional e com atualização dos instrumentos de controle e de gestão da cidade como forma de alcançar a qualificação ambiental urbana (FLORIANÓPOLIS, 2006, p. 12).

Todavia, a questão habitacional não se resume apenas à produção de novas moradias, mas também recuperar ou investir no melhoramento de áreas já ocupadas.



Considerando isto, vamos aqui destacar como se deu a efetivação da política de habitação na região Chico Mendes.

### **1.1.1 A efetivação da Política de Habitação Popular em Florianópolis na Comunidade Chico Mendes**

No Município de Florianópolis, em sua parte continental, destacam-se comunidades integrantes do Bairro Monte Cristo (Monte Cristo, Chico Mendes, Novo Horizonte, Nossa Senhora da Glória, Santa Terezinha I e Santa Terezinha II, Nova Esperança e Promorar), como áreas de interesse social.

A população destas áreas é oriunda principalmente do Oeste Catarinense e do Planalto Serrano, verificando-se, nas ocupações mais recentes um percentual significativo de população do próprio município, em função do aumento da pobreza, associado ao crescimento interno da população. O motivo das ocupações, sobretudo das famílias que chegaram ao município pela primeira vez, foi a busca de melhores condições de vida, caracterizada pela possibilidade de tratamento de saúde, de educação para os filhos e trabalho para os responsáveis. De forma geral, as áreas carentes apresentam problemas para a urbanização, necessitando cada qual tratamento específico (FLORIANÓPOLIS, 2000, p. 11).

A Região Chico Mendes foi escolhida pelo Município para execução do Projeto de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário por ser uma área considerada de Interesse Social. Localizada no Bairro Monte Cristo que abrange três comunidades de associações de moradores distintas: Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte e a própria Chico Mendes.

O Projeto foi viabilizado a partir da iniciativa da administração municipal priorizando a questão social e habitacional, através de recursos dos Programas Habitar Brasil e Habitar Brasil – BID, programas desenvolvidos pelo Governo Federal com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e contrapartida do Município.

De acordo, com o Projeto Chico Mendes (Projeto Integrado de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região Chico Mendes) a escolha da região foi feita levando em consideração os aspectos: Social, Urbanístico, Infra-Estrutura, Habitação e Legalidade. O Projeto buscou a urbanização das áreas ocupadas e levou em consideração a complexidade em relação à área e as características da população. Perante as condições de precariedade da estrutura institucional do Município, principalmente na questão habitacional,



e de desestruturação das comunidades com relação à organização e mobilização, o Projeto em sua fase inicial foi considerado ousado, pois, tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida, especialmente relacionada às condições de habitabilidade, através de: reordenação dos espaços; melhoria da infra-estrutura urbana; implementação de equipamentos sociais; eliminação das situações de risco; melhoria das condições de emprego e renda; melhoria das condições de saúde; e promovendo a regularização urbanística e fundiária.

As comunidades da região se formaram em momentos distintos; a Nossa Senhora da Glória é a mais antiga (1975), seguida de Chico Mendes (1980) e Novo Horizonte (1985). Cada uma possui Associação de Moradores distintas, com problemas de organização. As famílias que residem em tais comunidades são provenientes de diversos pontos do país com maior ocorrência do interior do Estado.

Conforme dados da PMF, foi realizado cadastro da população do município entre 1998 e 2000, a população no ano de 1998 passou de 4.800 pessoas (1.109 famílias), para 5000 (1.360 famílias) no ano de 2000.

Os “problemas sociais” mais comuns na região identificados foram: a questão da renda, devido ao alto índice de desemprego, consequência da baixa escolaridade, a violência urbana e o tráfico de drogas.

Com relação à unidade habitacional, conforme o Projeto Social Chico Mendes (2000), as moradias antes do programa habitacional, apresentavam estado de conservação ruim, eram caracterizadas como “barracos”, em sua maioria feitas com restos de madeira e tijolo em situação rudimentar, sem proporcionar segurança e abrigo adequado às famílias.

Segundo o Projeto Social Chico Mendes, com relação à situação fundiária, a área com 127.000,00 m<sup>2</sup> apresentava irregularidade urbanística e legal; malha viária caótica, terrenos irregulares com coabitacões, grande número de habitações precárias e em situações de risco de vida. A parte da área com infra-estrutura urbana funcionava de forma precária, principalmente as redes de esgoto sanitário e de drenagem pluvial. As maiores carências eram com relação: à saúde, educação infantil, geração de renda e espaço comunitário.

As intervenções do Programa Habitar Brasil em 1994 eram parciais e setoriais, e através deste foram construídas 140 unidade habitacionais, sendo 32 apartamentos e 108 casas (9 diferenciadas); ocorreram abertura de alguns segmentos de vias e pavimentações parciais, implantação de equipamentos sociais – duas quadras de esportes, parque infantil, espaços comunitários (no térreo do Prédio com apartamentos).



A Prefeitura de Florianópolis iniciou sua intervenção social na Região em 1994, motivada pelos agravos sociais da Região, destacando-se a desnutrição, o desemprego, o analfabetismo, a evasão escolar, a mortalidade infantil, as precárias condições de saneamento básico, a marginalidade, entre outros. Entretanto, a Região tinha uma efervescência quanto à disposição política para o processo de reivindicação de melhorias, especialmente no campo da infra-estrutura, bem como na consolidação de seu direito a terra, devido à ação de entidades não governamentais de assessoramento a movimentos sociais e de defesas de direitos que, tanto participaram dos processos de ocupação, quanto da organização comunitária para o embate reivindicatório junto ao Poder Público. (PEREIRA, 2005, p.10).

O Programa HBB Região Chico Mendes buscou melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem na comunidade Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, localizados no bairro Monte Cristo. As famílias foram beneficiadas com melhorias no sistema viário, saneamento básico, iluminação pública, construção de creches, moradias e área de esporte e lazer, no sentido de melhorar a qualidade de vida das comunidades.

Através do Programa HBB BID foram implementados na região Chico Mendes três tipos de unidades habitacionais<sup>4</sup>: o **Modelo A** com 42,38 m<sup>2</sup> no valor de R\$ 10.666,70, refere-se ao modelo básico em forma de sobrado com três quartos, sala, cozinha e banheiro; o **Modelo D** com 63,57 m<sup>2</sup> e valor de R\$ 13.145,32, modelo diferenciado para famílias numerosas, acima de quatro pessoas, também em forma de sobrado, possui um quarto a mais que o modelo A; e o **Modelo G** com 67,28 m<sup>2</sup> no valor de R\$ 13.145,32, diferenciado para pessoas idosas e/ou com alguma deficiência que não podem subir escadas, portanto a casa é baixa e mais larga (dados da Divisão de Contratos Habitacionais e Regularização Fundiária da SMHSA).

De acordo com o Relatório do Programa Habitar Brasil BID/PMF (2000), durante todo o processo de desenvolvimento do Projeto UAS Chico Mendes, houve transparência nas relações com a comunidade.

Os projetos componentes da UAS Chico Mendes habitação e urbanismo, dominial e social, foram levados ao conhecimento das lideranças, apresentados e discutidos em inúmeras reuniões e em (sete) assembléias de moradores, divulgados em folhetos e esclarecidos aos membros da comunidade nos atendimentos individuais levados a efeito no escritório do Projeto localizado na comunidade [...] (FLORIANÓPOLIS, 2000, p.7)

O Programa Habitar Brasil BID compreendeu ações mais integras e globais, construiu 425 unidades habitacionais (38 diferenciadas), 26 módulos sanitários e 61 recuperação habitacional. Os espaços foram reordenados, implantação de infra-estrutura (Terraplanagem,

<sup>4</sup> O valor do terreno é cobrado à parte e não está incluído no valor mencionado.



Contenção de encostas, Drenagem, Água, Esgoto, Energia/Iluminação, Pavimentação, Paisagismo), entre os equipamentos sociais estão os centros Comunitários e os Galpões de Geração de Renda. Além do trabalho social desenvolvido através de três macro-ações, Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR).

- **Mobilização e Organização Comunitária**, cujo objetivo era: desenvolver ações voltadas à mobilização e organização comunitária através do estímulo à participação efetiva em todas as etapas do Projeto definindo as responsabilidades dos agentes envolvidos.
- **Educação Sanitária e Ambiental** cujo objetivo era: desencadear processo educativo de mudança de valores e práticas individuais e coletivas, estabelecendo inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e de saúde.
- **Geração de Trabalho e Renda** cujo objetivo consistia em: favorecer a melhoria econômico-financeira da população, visando à capacidade de pagamento dos encargos advindos da implantação do Projeto e conseqüente fixação na área.

O Manual do Programa HBB (1999) orienta que “é essencial considerar, em qualquer política do governo, a participação popular como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle da gestão pública” (BRASIL, 1999, p.2)

Assim partindo do pressuposto, de que, segundo Pereira (2005), nos últimos anos tem se observado no Brasil o declínio da taxa de crescimento demográfico, em contraposição ao aumento da população urbana que demanda intervenção sobre a questão habitacional, serviços públicos, infra-estrutura urbana e qualidade de vida dos cidadãos, e considerando que o acesso a habitação, deve compreender a integração com a cidade, com a disponibilidade de infra-estrutura urbana, acesso ao mercado de trabalho e equipamentos públicos, sendo estes pré-requisitos importantes para o exercício e cidadania, será discutido e analisado o Programa Habitar Brasil BID no Projeto Social Região Chico Mendes e sua contribuição para elevar (ou não) a qualidade de vida da população de baixa renda e a participação comunitária nas etapas de elaboração do Projeto Integrado de Habitação, Urbanização e Desenvolvimento Social da Região Chico Mendes.

A partir do exposto, na próxima seção trataremos da concepção de qualidade vida e de participação comunitária que orienta o Programa Habitar Brasil BID.



## 2 QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

### 2.1 A concepção de qualidade de vida e participação comunitária que orienta o Programa Habitar Brasil BID

O desenvolvimento do trabalho social nos empreendimentos habitacionais voltados para famílias de baixa renda, segundo o Programa de Habitação de Interesse Social do Governo Federal, deve garantir a participação comunitária e a elevação da qualidade de vida das famílias beneficiárias, através de ações específicas que buscam promover e valorizar as potencialidades dos grupos sociais atendidos; fortalecer os vínculos familiares e comunitários; viabilizar a participação dos beneficiários nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços, adequando-os às necessidades e à realidade local, promovendo a gestão participativa, que garanta a sustentabilidade do empreendimento (Ministério das Cidades, 2007).

Conforme as Instruções Específicas para o Desenvolvimento do Trabalho Social do Ministério das Cidades, o trabalho social em intervenções de provisão habitacional pode ser desenvolvido por um Assistente Social ou Sociólogo, com experiência na área de desenvolvimento comunitário e tendo como objetivo:

viabilizar o exercício da participação cidadã e promover a melhoria de qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo projeto, mediante trabalho educativo, favorecendo a organização da população, a educação sanitária e ambiental, a gestão comunitária e o desenvolvimento de ações que, de acordo com as necessidades das famílias, facilitem seu acesso ao trabalho e melhoria da renda familiar. (CIDADES, 2007).

Segundo as referidas instruções, do plano de trabalho deve ser desenvolvido através de três macro-ações: **Mobilização e Organização Comunitária (MOC)**, que visa promover a articulação entre os profissionais dos programas, projetos, serviços e componentes da rede de intervenção, desenvolvendo um sistema de cooperação e parcerias e potencializando as estruturas existentes; executar a gestão participativa através do envolvimento dos moradores nas discussões e tomada de decisões quanto às demandas levantadas no decorrer deste projeto; **Educação Sanitária e Ambiental (ESA)**, que tem como objetivo desencadear processo educativo de mudança de valores e práticas individuais e coletivas, estabelecendo inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e de



saúde; e **Geração de Trabalho e Renda (GTR)**, que busca propiciar o acesso dos moradores da comunidade às alternativas para qualificação profissional e geração de renda.

O desenvolvimento do Programa Habitar Brasil/BID, de acordo com o seu Projeto de Implementação (2000), consiste em apoiar a estruturação de novo modelo de Política Habitacional e a implementação de projetos de urbanização em assentamentos subnormais, *contribuindo para elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população carente em metrópoles e aglomerações urbanas brasileiras*, por meio da estruturação de um novo modelo de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, com ênfase na política habitacional de interesse social e na implementação de projetos de urbanização em assentamentos subnormais.

Ainda, conforme o documento que regulamenta o Programa HBB/BID (2004), a moradia é tão somente uma parte das condições básicas para a qualidade de vida e o desenvolvimento. Entretanto, compreendemos aqui que o conceito de moradia deve ser ampliado, explicitando, além da noção de abrigo, o acesso à infra-estrutura urbana, aos equipamentos e serviços públicos e ao mercado de trabalho, constituindo-se num pré-requisito para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos subnormais não pode ser vista como uma questão setorial, mas deve ser abordada como um conjunto articulado de ações em diferentes planos, assegurando dessa forma a necessária sustentabilidade dos projetos.

Para que a habitação cumpra suas funções é necessário que, além de conter espaço confortável, seguro e salubre, esteja integrada de forma adequada ao entorno, ao ambiente que a cerca. Habitação não se resume a casa e sim também ao seu entorno. Isto envolve acesso aos serviços públicos, redes de infra-estrutura urbana e equipamentos sociais. Habitação e contexto urbano são sistemas integrados e que devem ser considerados necessariamente como interdependentes (ABIKO e ALMEIDA apud MIRANDA, 2001, p.38).

Conforme já mencionado na sessão I deste trabalho, o Manual do Programa Habitar Brasil BID Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais, o Programa HBB - tem como objetivo, entre outros:

- Contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 3 salários mínimos, que residam em aglomerados subnormais – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras - localizados em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e capitais de estados [...];
- Destinar recursos [...] para a execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental, através, respectivamente, de um Subprograma de



Desenvolvimento Institucional - DI e de um Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais – UAS;

- Estimular a defesa dos espaços reorganizados inibindo iniciativas de invasão e garantindo a manutenção da qualidade de vida conquistada;
- Estimular aos processos de mobilização comunitária e à promoção de atitudes e condutas sociais vinculadas à melhoria da qualidade de vida, como:
  - a valorização da organização como instrumento próprio de representação dos interesses que integram a área;
  - a capacidade de observação crítica do desempenho das lideranças comunitárias;
  - a integração com o entorno, em termos de relações funcionais e convivência com o meio ambiente.

Assim para o desenvolvimento da macro-ação Mobilização e Participação Comunitária busca-se:

- Apoiar a formação e/ou consolidação das organizações de base - que estimulem a criação de organismos representativos da população onde não existam e/ou incentivem o desenvolvimento dos grupos representativos de segmentos da população (jovens, mulheres, mães, e outros grupos da comunidade).
- Capacitar lideranças e/ou grupos representativos- desenvolvida através de módulos, que entre outros temas, incluam: processo de gestão comunitária; papel das associações e dos grupos representativos de segmentos da população; cooperativas de serviços ou de produção (objetivos, organização e funcionamento); internalização do componente ambiental no processo de vida da comunidade visando a sustentabilidade da área; preparação da comunidade para análise, aprovação, acompanhamento e avaliação participativa do projeto; difusão à comunidade sobre a estrutura institucional existente no governo e seus programas; assessoramento em questões técnicas manifestadas durante o processo de consolidação e formalização da organização, que exijam experiências.

Já para o desenvolvimento da macro-ação Educação Sanitária e Ambiental, o processo educativo deverá ser implementado, em conjunto com entidades e profissionais especializados, considerando as recomendações contidas no processo de Licenciamento Ambiental incluindo as conclusões e recomendações dos estudos ambientais, de acordo com a Resolução Conama n.º 237/97, as características da área e da comunidade, voltado ao atendimento do seguinte público alvo:



- moradores – beneficiários finais dos projetos de intervenção a quem serão destinadas as ações, dentre outras, de integração sócio-ambiental, programas de coleta seletiva do lixo e de valorização do ambiente urbano;
- trabalhadores – envolve a mão de obra alocada na execução do projeto de urbanização e de infra-estrutura urbana, implantação e recuperação de áreas verdes e áreas de preservação permanente;
- instituições envolvidas no trato com a comunidade, em especial, educadores, técnicos de saúde pública, representantes de entidades religiosas e clubes de serviços.

Recomenda-se nesta macro-ação o desenvolvimento de campanhas educativas que deverão utilizar material didático a ser criado e distribuído, centrado nos temas lixo, água e esgoto e manejo ambiental da área, adequado aos diversos segmentos da comunidade, utilizando os meios de comunicação presentes no bairro e incentivando a criação de novos que: esclareçam e valorizem a infra-estrutura implantada como colaboradora na redução de doenças (especialmente as de veiculação hídrica) e na melhoria dos níveis de saúde da população; divulguem os programas ambientais do governo, nos níveis federal, estadual e municipal que possam auxiliar a comunidade alvo do projeto; preparem a comunidade para a correta utilização das melhorias habitacionais, especialmente no que diz respeito às unidades sanitárias e à rede de esgoto; demonstrem as responsabilidades dos beneficiários na correta utilização e preservação dos serviços implantados, tanto os individuais como os coletivos; reduzam o desperdício de água e energia elétrica, contribuindo para a melhoria do orçamento familiar; estimulem a criação de centro de capacitação e de documentação ambiental e de educação sanitária; estimulem a formação de ONG's ambientalistas que sedimentem a consciência e canalizem em caráter permanente ações próprias e reivindicações.

Por fim para as atividades ou ações previstas na macro-ação Geração de Trabalho e Renda, é necessário contemplar, no Trabalho de Participação Comunitária, ações destinadas ao apoio à capacitação profissional e geração de trabalho e renda, planejadas de acordo com a realidade sócio-econômica dos beneficiários e com o objetivo de favorecer a melhoria econômico-financeira da comunidade e sua conseqüente fixação na área.

Ao analisar o documento do Programa Habitar Brasil BID não encontramos especificamente a definição do conceito de qualidade de vida ou mesmo participação comunitária.

Há tão somente menção às palavras, como algo já informado e compreendido, pressupondo, pois, que há uma compreensão comum implicitamente assumida, seja pelos gestores e pela própria sociedade civil, do significado de tais conceitos e/ou práticas políticas.



Entretanto, face a uma cultura política conservadora, autoritária e paternalista profundamente emaranhada às novas políticas públicas desenhadas atualmente no conjunto da sociedade civil e política, compreendemos que tais denominações careçam de melhor explicitação, por ser através desta que se avalia a efetividade do Programa HBB.

## 2.2 O debate sobre qualidade de vida e participação comunitária

A expressão qualidade de vida, de acordo com Santos e Martins (2002), surge nos anos 60, quando prevalecia uma corrente economicista que avaliava o crescimento econômico da sociedade através da evolução de seu Produto Interno Bruto (PIB). O montante de bens e serviços gerados traduzia o crescimento econômico, mas não revelava aspectos que permitissem analisar o desenvolvimento da sociedade. Assim em meio à relativa intervenção do Estado no funcionamento da sociedade, questionava-se a identificação das principais áreas que careciam de intervenção do Estado e necessitavam de ações que dessem respostas as deficiências encontradas. Outras questões como as desigualdades na distribuição da riqueza produzida e o grau de satisfação das necessidades básicas humanas necessitavam de outros instrumentais de análise.

Enrique Leff (1999) citado por texto do CECCA considera que

"a qualidade de vida está entrelaçada com a qualidade do ambiente e com a satisfação das necessidades básicas, com a conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, com o aproveitamento integrado dos recursos naturais e com a sustentabilidade ecológica do *habitat*. Mas essa qualidade também depende de formas inéditas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização, assim como da satisfação de necessidades e aspirações, mediante novos processos de trabalho." (LEFF, apud CECCA, 2008)

Dessa forma, qualidade de vida surge ligada diretamente aos sistemas de indicadores sociais. Indicadores estes que surgem como instrumentos para “medir” a mudança social, o desenvolvimento observado, por meio de elementos sociais, políticos, psicológicos, culturais, que antes haviam ficado em segundo plano pela análise econômica, revelando os diferenciados componentes e analisando seu desenvolvimento (SETIÉN, apud, SANTOS e MARTINS, 2002, p. 4)

A partir desses indicadores sociais foram surgindo novos estudos sobre qualidade de vida, sendo crescente nos últimos anos a pesquisa em torno da realidade urbana. A verificação de uma tendência do aumento da concentração das populações em cidades, em escala



mundial, constitui-se hoje um argumento justificativo para uma investigação sobre qualidade de vida urbana (QVU), no qual se relaciona ao reconhecimento de que a urbanização atual, em grande parte intensa e desordenada, é própria causadora de um conjunto de questões e de “disfuncionamentos” internos que influencia a vida dos cidadãos e implicam ser identificados e avaliados.

Para Santos e Martins (2002) o conceito de qualidade de vida pode ser analisado através de três âmbitos:

- Um primeiro âmbito tem a ver com a distinção entre os aspectos materiais e imateriais da qualidade de vida. Os aspectos materiais dizem respeito às necessidades básicas, como por exemplo, as condições de habitação, de abastecimento de água, do sistema de saúde, ou seja, aspectos de natureza essencialmente física e infra-estrutural. Historicamente e para sociedades menos desenvolvidas, estas questões materiais eram decisivas ou pelo menos tinham uma focalização muito grande. Hoje em dia, as questões imateriais mais ligadas ao ambiente, ao patrimônio cultural, ao bem-estar tornaram-se centrais.
- O segundo âmbito de análise faz distinção entre os aspectos individuais e os coletivos. As componentes individuais mais relacionadas com a condição econômica, a condição pessoal e familiar dos indivíduos, as relações pessoais e as componentes coletivas mais diretamente relacionadas com os serviços básicos e os serviços públicos.
- O terceiro âmbito de análise, a distinção entre aspectos objetivos e subjetivos da qualidade de vida. Os primeiros seriam facilmente apreendidos através da definição de indicadores de natureza quantitativa, enquanto que os segundo remeteriam para a percepção subjetiva que os indivíduos têm da qualidade de vida e que é, visivelmente de pessoa para pessoa e de estrato social para estrato social. Este último aspecto é de extrema importância, porque os indicadores de qualidade de vida têm diferentes traduções, consoante a estrutura sócio-econômica da população e, portanto, o mesmo indicador pode ser observado de forma diferente por estratos sócio-econômicos diferentes.

Os três âmbitos de análise se interligam e as principais contribuições teóricas para a análise da qualidade de vida refletem essa interdependência, conjugando os diversos níveis de análise acima citados.

Dentro de sua sociedade deve-se analisar: condições materiais, condições primárias e fundamentais da vida humana; as forças materiais de produção e



transformações das condições materiais; qual o modo de produção da estrutura global e regional (econômica, jurídica, política e ideológica) e a formação social (divisão de trabalho, desenvolvimento de forças produtivas, relações sociais de produção, classes sociais básicas e luta de classes); formas de produção, circulação e consumo de bens, população, migrações, o Estado, o desenvolvimento da sociedade civil, relações nacionais e internacionais de comércio e produção e dominação, formas de consistência real, o modo de vida (ROCHA, OKABE, MARTINS, e tal, 2000, p. 64)

Os autores Santos e Martins (2002) citando Allardt (1976, 1981), propõem uma distinção, na análise da qualidade de vida, entre as chamadas condições de vida objetivas e subjetivas.

Este autor analisa a qualidade de vida com base em quatro aspectos: um primeiro, que ele denomina *nível de vida*, que tem a ver com as necessidades mais do tipo material, as necessidades humanas básicas [...]. Um segundo nível, que ele chama explicitamente de *qualidade de vida*, ligado às condições de vida não materiais, ou seja, aspectos mais relacionados com o indivíduo propriamente dito, a sua relação com a sociedade, com a família, etc. O terceiro nível, chamado de *satisfação*, relativo à percepção subjectiva das condições de vida. Por último, um aspecto que ele designa por *felicidade*, que deriva da percepção subjectiva da qualidade de vida (SANTOS e MARTINS, 2002, p. 4).

A partir do exposto e para este trabalho será utilizado o conceito de qualidade de vida urbana, considerando a realidade urbana da região de pesquisa, analisando as influências que o Programa Habitar Brasil BID teve na vida dos moradores das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte. Porém não avaliando apenas o plano material relacionado às obras de urbanização, infra-estrutura e reordenação dos espaços comunitários. Serão observados também, os aspectos relacionados ao plano imaterial, que desencadeia o processo de ampliação de cidadania, de mudanças de práticas e valores, de modo que os moradores envolvidos se reconheçam como sujeitos de direitos e deveres, na busca de meios que irão satisfazer as necessidades ao qual lhes proporcionem bem-estar (seja social, econômico, material, pessoal).

Com relação à participação esta é uma palavra muito utilizada no vocabulário político, científico e popular da modernidade e pode ser interpretada através de concepções distintas: liberal, autoritária, revolucionária e democrática (GOHN, 2003).

Segundo Gohn (2003) a concepção liberal se baseia no princípio democrático burguês de que na sociedade todos os membros são iguais e a participação é o meio para buscar a satisfação das necessidades.



Na concepção liberal- dado os pressupostos básicos do liberalismo, que busca sempre a constituição de uma ordem social que assegure a liberdade individual, - a participação objetiva o fortalecimento da sociedade civil, não para que esta participe da vida do Estado, mas para fortalecê-la e evitar ingerência do Estado – seu controle, tirania e interferência na vida dos indivíduos (GOHN, 2003, p.15)

Dessa concepção liberal é derivado o conceito de participação corporativa que parte do pressuposto que as organizações existem somente quando as pessoas participam e o núcleo articulador que levam os indivíduos a participar é o bem comum, que está além dos seus interesses individuais (GOHN, 2003).

A participação comunitária também é derivada dessa concepção liberal, através desta ocorre o fortalecimento da sociedade civil, por meio da integração dos órgãos representativos da sociedade aos órgãos deliberativos e administrativos do Estado (GOHN, 2003). Nessa concepção as esferas do público e do privado se fundem, quando os grupos organizados participam no interior do poder estatal.

A concepção autoritária ocorre em regimes políticos autoritários e é pautada na integração e no controle da sociedade e da política. Esse tipo de participação pode acontecer no campo das políticas públicas estimulando, de cima para baixo, a promoção de programas que tenham como objetivo acabar com os conflitos sociais (GOHN, 2003).

A participação na concepção revolucionária está estruturada em coletivos organizados na luta contra as relações de dominação e pela divisão do poder político. Os defensores desta forma de participação consideram que o controle do poder deve estar nas mãos da comunidade, isso implica uma redistribuição total do poder.

Na concepção democrática, a soberania popular é o princípio regulador, esse tipo de participação pode se desenvolver tanto na sociedade civil, principalmente entre os movimentos sociais e nas organizações autônomas da sociedade, quanto no plano institucional nas instituições formais políticas. Segundo Gohn, (2003) nesse tipo de participação, o princípio norteador é o da delegação de um poder de representação, não sendo importante a forma como se constitui essa representação. A participação democrática é contrária a corporativa e delimita posições entre a sociedade civil e o sistema político.

Segundo Gohn, (2003), ainda existe outra concepção de participação denominada democrático-radical, o objetivo desta é fortalecer a sociedade civil para construir iniciativas que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, etc. Os componentes deste processo participativo são percebidos como “sujeitos sociais”. Nos



processos relacionados à participação popular os indivíduos envolvidos são considerados “cidadãos”, portanto essa concepção de participação está articulada com a temática cidadania.

A mesma autora citando Pateman (1992) define três tipologias de participação:

[...] a pseudo-participação (quando há somente consulta a um assunto por parte das autoridades); a participação parcial (muitos tomam parte no processo, mas só uma parte decide de fato); e a participação total, situação em que cada grupo de indivíduo tem igual influência na decisão final (GOHN, 2003, p. 20).

Segundo Teixeira (2002) o processo de participação caracteriza-se por “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas. Este processo revela a interação entre os diversos atores envolvidos que são “partes”, o Estado, as instituições públicas e a própria sociedade. Da mesma forma, participação poderá estar orientada para a decisão ou para expressão. A primeira está relacionada à intervenção de forma organizada dos atores da sociedade civil no processo decisório, esse tipo de participação é considerada fundamental e definidora. A segunda tem caráter simbólico e está voltada a expressão, é caracterizada por marcar presença na cena política e pode ter impacto ou influência no processo decisório.

A organização comunitária das áreas em estudo está pautada na constituição de Associação de Moradores, cada qual regida por estatuto próprio com hierarquia de composição e tempo de mandato de cada diretoria de 02 anos. Porém cada comunidade possui estágios diferenciados de organização.

O processo organizativo mais antigo é da comunidade Novo Horizonte anterior à ocupação da área, coordenada por movimentos sociais específicos (CAPROM – Centro de Promoção e Apoio ao Migrante) e Movimentos dos Sem Terra. O movimento da Associação foi reivindicatório, principalmente com relação às questões ligadas às melhorias e infraestrutura e a permanência na área (FLORANÓPOLIS, 2000).

A comunidade Chico Mendes, sendo a mais populosa devido ao processo desordenado de ocupação, recebeu desde sua formação, assessoria de ONG’s na sua organização comunitária, e através desta, foram conquistadas melhorias de infra-estrutura e a implantação de serviços, principalmente os de atendimentos às crianças e aos adolescentes.

Já a comunidade Nossa Senhora da Glória, mesmo sendo a ocupação mais antiga, por muito tempo não teve identidade organizativa própria, no ano de 1994 constituiu Associação de Moradores e se engajou no movimento comunitário local e passou a ser reconhecida como uma comunidade.



Os documentos aqui já citados, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, afirmam que:

Há que se considerar que todas as Associações, revelam dificuldades, quer quanto à mobilização permanente dos membros da Diretoria, quer quanto para a efetiva participação comunitária; entretanto, são Associações com legitimidade, com lideranças expressivas, sem atrelamentos de qualquer ordem e com interesse perspicuo de articular e defender os interesses da população [...]. Nos últimos anos, a dinâmica da região e o agravamento da situação sócio-econômica dos moradores, aliados ao incremento de demandas sociais e problemas de infra-estrutura básica, têm impulsionado a articulação das três comunidades que forma a região Chico Mendes e suas respectivas associações e lideranças para a discussão e trabalho integrados, fortalecendo o movimento comunitário da região (FLORIANÓPOLIS, 2000, p. 18).

Segundo informações do Projeto Social Chico Mendes (2000) desde o final de 1997, iniciou-se o processo de discussão com as lideranças comunitárias para explicações do Projeto e estabelecer formas de organização, deliberação e organização comunitária em todo processo. Porém, por organização e deliberação, num primeiro momento, a participação comunitária aconteceu agrupando Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória na mesma discussão e Novo Horizonte em separado.

Para motivar a participação dos moradores no processo de implantação do Projeto foram constituídas 5 (cinco) comissões de moradores com os seguintes temas de discussões: **Comissão da Terra**, com o objetivo de planejar em conjunto as áreas e famílias que seriam beneficiadas com o projeto, acompanhar as negociações com os moradores e avaliação da terra; **Comissão de Financiamento** visando discutir as formas de pagamento e o destino dos recursos; **Comissão de Habitação** tipos de habitações em relação às necessidades das famílias; **Comissão de Espaços Comunitários**, com objetivo de definir equipamentos comunitários; **Comissão de Execução de Obras**, com a incumbência de propor formas de participação da comunidade na mão de obra do Projeto.

Tendo como referência os conceitos aqui trabalhados, a seguir apresentaremos a pesquisa efetuada junto a moradores da região Chico Mendes, procurando analisar se o programa habitacional ali desenvolvido melhorou a qualidade de vida e participação dos sujeitos envolvidos.

### 3 QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO CHICO MENDES – O DESAFIO DO HBB.

#### 3.1 Interpretação e Análise dos Dados

Nesta seção será realizada a apresentação e análise dos dados coletados através da aplicação do Questionário sobre Qualidade de Vida e Participação Comunitária (vide apêndice), nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, no período de junho a julho de 2008.

Devido à heterogeneidade da população, delimitou-se como espaço de pesquisa, moradores das unidades habitacionais entregues desde a implantação de Programa Habitar Brasil BID - Região Chico Mendes, no ano de 2003 até final de dezembro de 2007, sugerindo um tempo de adaptação à nova moradia durante os primeiros meses de 2008.

Dessa forma, utilizou-se como referência Barbeta (2006), na determinação do tamanho da amostra, que sugere o erro amostral tolerável de 10% e calculou-se a quantidade de questionários a serem aplicados, através das seguintes fórmulas:

$$n_0 = 1/E_0^2$$

$$n = (N \cdot n_0)/(N + n_0)$$

Sendo,  $N$  tamanho da população,  $n$  tamanho da amostra,  $n_0$  aproximação do tamanho da amostra e  $E_0$  erro amostral tolerável.

Nas três comunidades acima citadas, entre 30 de junho de 2003 a 17 de dezembro de 2007, foram entregues o equivalente a 321 unidades habitacionais, portanto:

$$\begin{aligned} n_0 &= ? \\ E_0 &= 10\% = 0,1 \\ n_0 &= 1/E_0^2 \blacktriangleright (1)/(0,1^2) = 100 \blacktriangleright \boxed{n_0 = 100} \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} n &= ? \\ N &= 321 \\ n_0 &= 100 \\ n &= (N \cdot n_0)/(N + n_0) \blacktriangleright (321 \cdot 100)/(321 + 100) \blacktriangleright (32100/421) = 76,2 \blacktriangleright \boxed{n = 76} \end{aligned}$$

Seguindo como referência tais fórmulas, foram aplicados 76 questionários nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, onde cada unidade



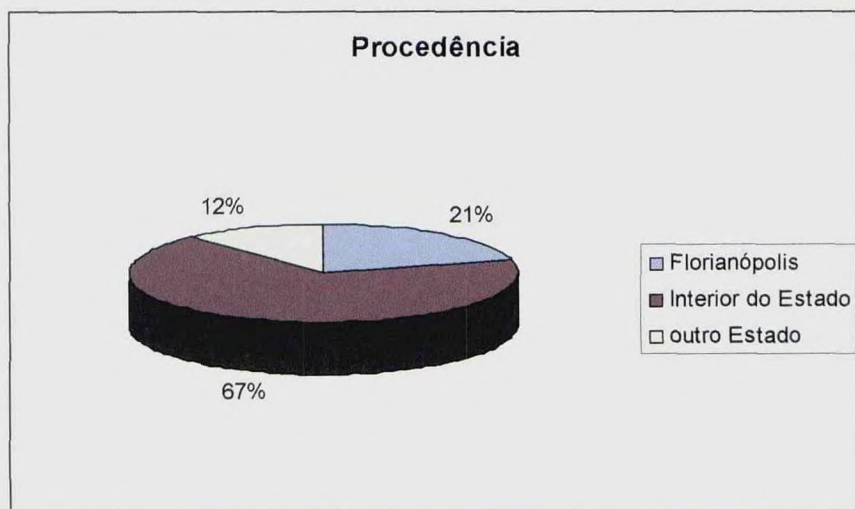
amostral representa o número de domicílios. O questionário elaborado pela pesquisadora foi composto por 45 perguntas que na forma como foi construído, aponta propostas de indicadores socioambientais. Tal questionário teve como referência o Centro de Estudos Cultura e Cidadania (CECCA), que avalia qualidade de vida na região de Florianópolis.

Nesse sentido, para analisar se o Programa HBB/BID alcançou os objetivos propostos, de elevar a qualidade de vida e a participação comunitária na Região Chico Mendes, relacionou-se algumas propostas de indicadores do CECCA (Meio Ambiente, Água, Áreas Verdes, Espaços Públicos de Lazer, Resíduos Sólidos, Resíduos Líquidos, Energia Elétrica, Habitação, Educação, Saúde, Participação Popular, Trabalho); com as atividades previstas nas macro-ações do trabalho social: Educação Sanitária e Ambiental - ESA, Mobilização e Organização Comunitária - MOC, e Geração de Trabalho e Renda- GTR.

Os questionários foram aplicados pela própria pesquisadora, visando uma maior interação com os moradores e com a área de interesse, de maneira aleatória nas três comunidades que são atendidas pelo Programa HBB/BID, através de inserção nas comunidades em horários diversos – manhã e tarde.

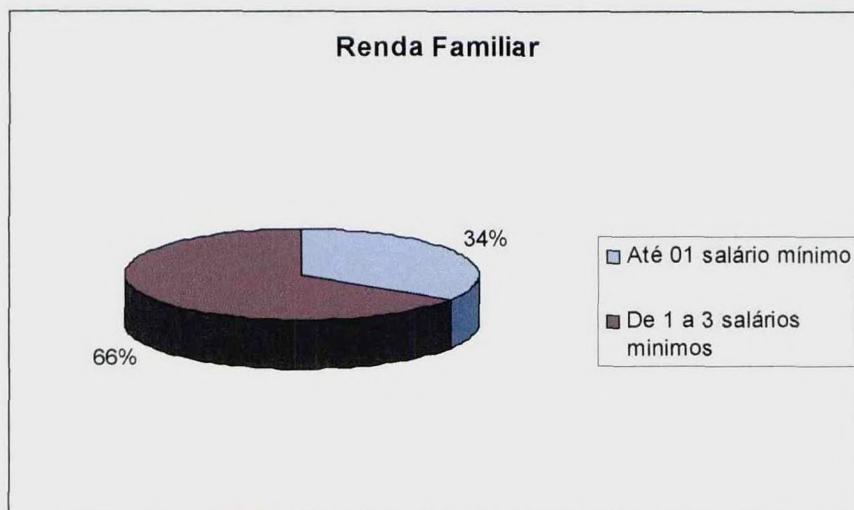
Após a aplicação de todos os questionários, as informações foram tabuladas no Programa Microsoft Excel, que possibilita a transformação das respostas em números percentuais, de maneira a gerar a visualização dos dados recolhidos, por meio do qual foi possível a geração de gráficos, que serão apresentados a seguir.

O fenômeno da migração, já citado na primeira seção deste trabalho, pode ser observado através da pesquisa a campo, quando muitos trabalhadores deixam suas cidades de origem, caracterizado como de base agrícola, em busca de melhores oportunidades de vida nas cidades mais urbanizadas.



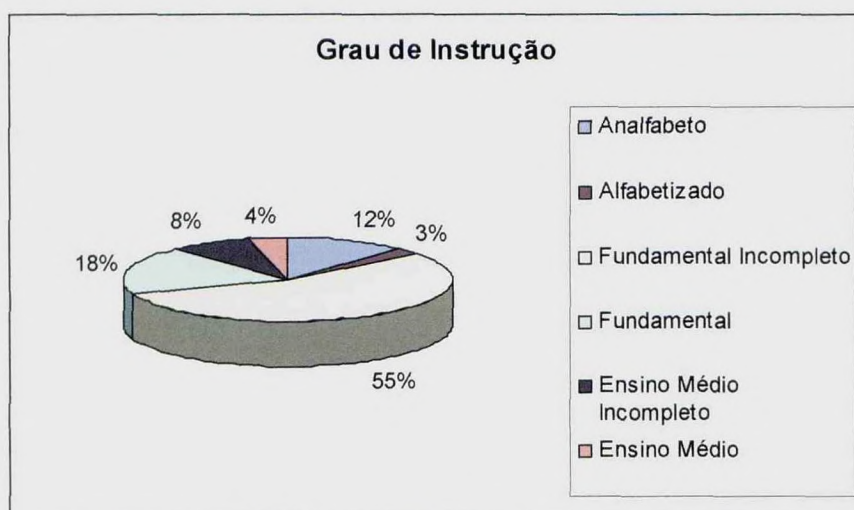
**Figura 1. Procedência dos Moradores**

Os dados coletados quanto à procedência, na **figura 1**, indicam que 67% das pessoas entrevistadas são provenientes do interior do estado ressaltando-se àquelas oriundas do Planalto Serrano e o oeste catarinense, enquanto apenas 21% revelaram ser do município de Florianópolis e 12% com origem de outros estados do país.



**Figura 2. Renda Familiar**

A renda destas famílias não ultrapassa três salários mínimos. A **figura 2** demonstra que 66% dos entrevistados declararam que a renda da família está entre 1 e 3 salários mínimos e 34% informaram receber mensalmente menos de 1 salário mínimo. Isso demonstra que a renda familiar dos entrevistados permanece baixa, mesmo após o Programa HBB/BID ter sido implementado na Região Chico Mendes, com uma das suas macro-ações GTR, que tem como objetivo a melhora da renda dos seus moradores.



**Figura 3. Grau de Instrução dos Entrevistados**

Em relação a escolaridade dos entrevistados, a **figura 3** informa que o grau de escolaridade é baixo; apenas 4% concluíram o ensino médio e 18% o ensino fundamental, 8%



não terminaram o ensino médio. Somando alguns dados percebe-se que a escolaridade de 70% dos entrevistados é inferior ao ensino fundamental. A baixa escolaridade revela uma desqualificação profissional o que impede a entrada de muitos no mercado formal de trabalho, assim como a possibilidade de melhores remunerações.

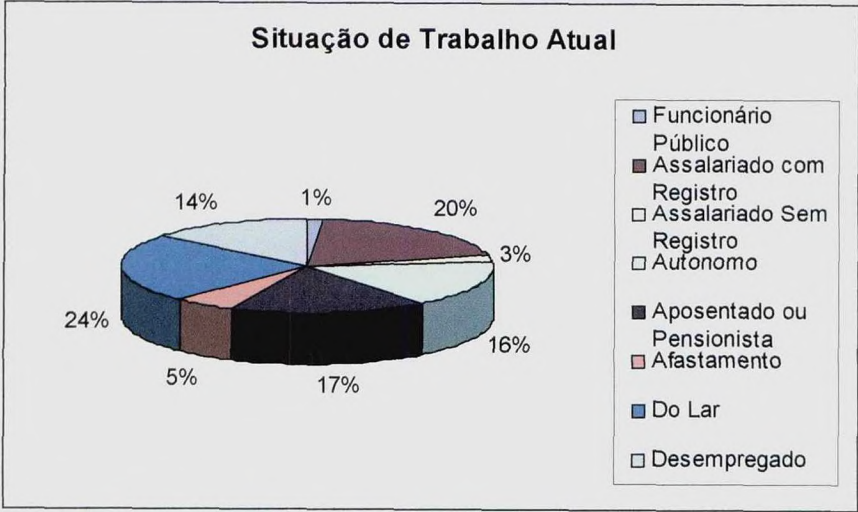


Figura 4. Situação de Trabalho Atual

De acordo com a **figura 4**, 40% dos entrevistados estão inseridos em alguma forma de emprego, já que 17% revelaram ser aposentados ou pensionistas, 5% estão afastados do mercado por doença ou invalidez, 24% das entrevistadas declararam-se do lar e 14% estão desempregados. Os dados acima mostram que apesar da baixa faixa salarial, uma parcela expressiva dos entrevistados está inserida no mercado de trabalho. Por outro lado, também não são insignificantes aqueles que se declaram do lar (24%) e os desempregados (14%).

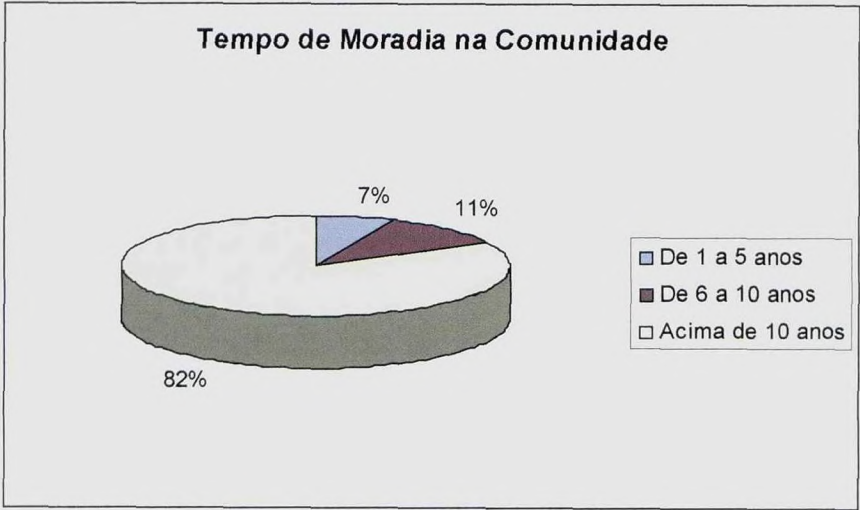


Figura 5. Tempo de Moradia na Comunidade

O tempo de moradia destes entrevistados na região, conforme a **figura 5**, é bastante significativo: 82% reside na comunidade acima de 10 anos, 11% de 6 a 10 anos e apenas 7%

entre 1 e 5 anos. Esses dados revelam que pelo menos 93% dos entrevistados acompanharam as ações do Programa Habitar Brasil/BID desde o seu início no ano de 2000.

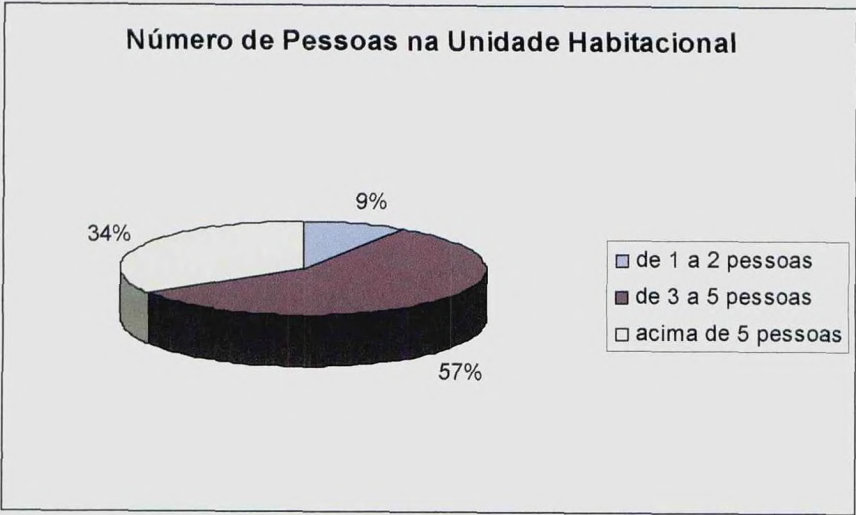


Figura 6. Número de Pessoas por Unidade Habitacional

Em se tratando do número de pessoas por unidades habitacionais, as famílias da região se caracterizam por serem numerosas. A **figura 6** demonstra que 57% das unidades habitacionais pesquisadas possuem entre 3 e 5 membros e 34% acima de 5 pessoas. Apenas 9% possui uma ou duas pessoas na moradia.

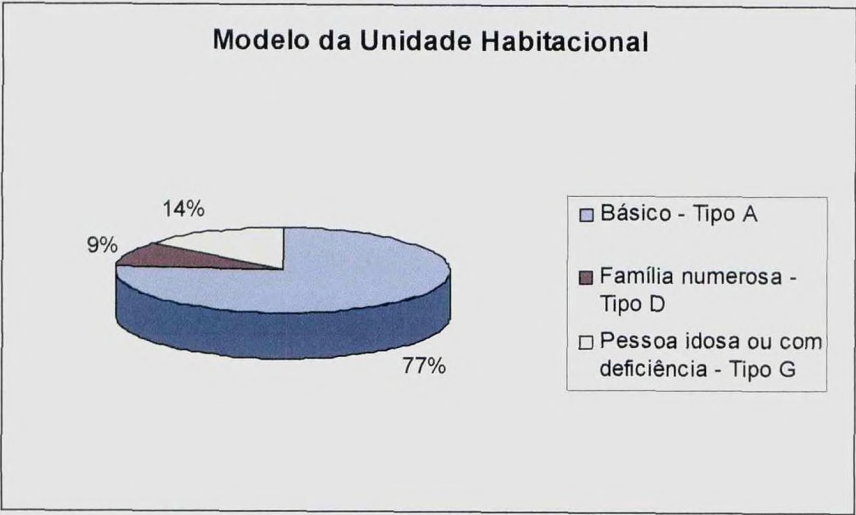
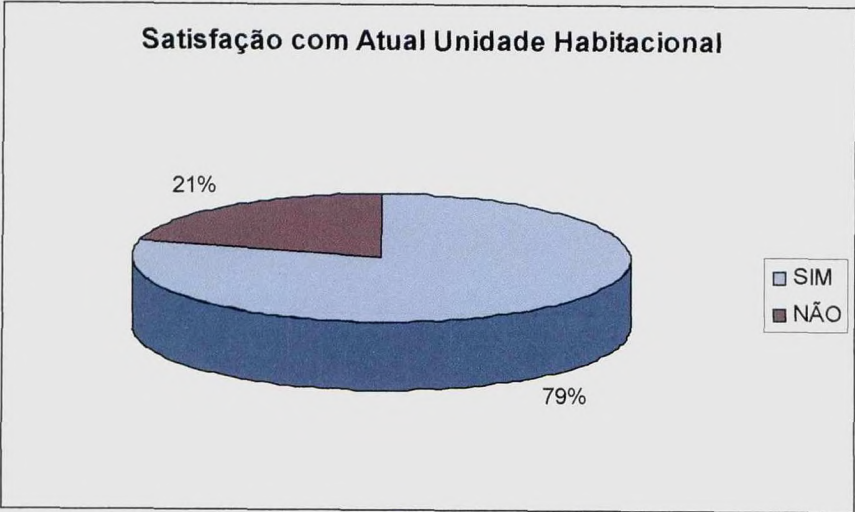


Figura 7. Modelo de Unidade Habitacional

Se considerarmos os tamanhos das unidades habitacionais, conforme os modelos propostos pelo programa habitacional, observamos, na **figura 7**, que 77% dos entrevistados referenciam o modelo básico, 14% são unidades habitacionais diferenciadas para pessoas idosas ou com deficiência e apenas 9% dos entrevistados declaram que a sua unidade habitacional é para família numerosa. Se cruzarmos as informações das figuras 6 e 7, revemos que apesar de somente 9% terem uma unidade habitacional voltada para família numerosa,

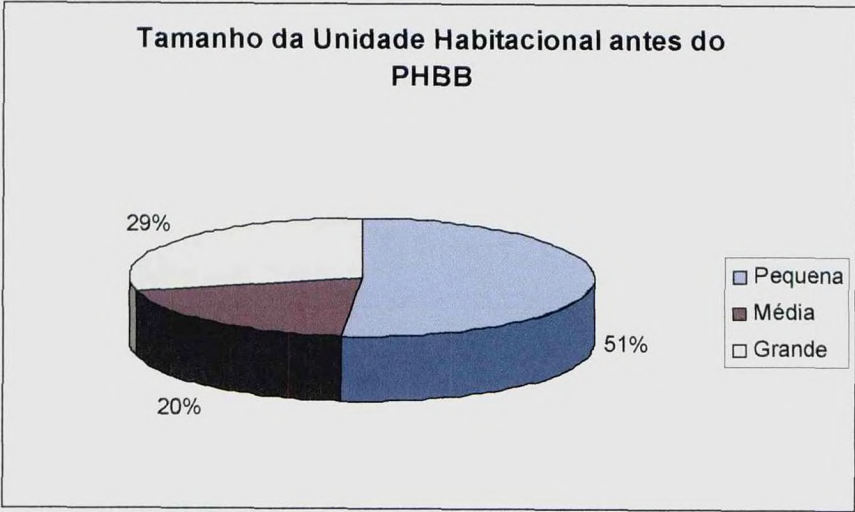


34% destas famílias têm acima de cinco membros. Isto indica que a unidade habitacional é inadequada para o tamanho destas famílias.



**Figura 8. Satisfação com a Atual Unidade Habitacional**

No entanto a **figura 8** demonstra que 79% dos entrevistados estão satisfeitos com sua atual casa. Estes vinculam a satisfação ao fato desta ser de alvenaria. Já 21% afirmaram não estarem satisfeitos. Dentre os motivos desta insatisfação, foram argumentados o pequeno espaço da unidade habitacional. Os elementos aqui colocados nos indicam a necessidade de um profundo debate com os moradores em relação ao tamanho e as suas necessidades de tal forma a sanar eventuais descontentamentos futuros em outros projetos habitacionais a serem desenvolvidos pela PMF/SMHSA.



**Figura 9. Tamanho da Unidade Habitacional antes do PHBB**

As unidades habitacionais, de acordo com a **figura 9**, antes das obras do programa habitacional, eram: 51% pequenas, 29% grande e 20% médias. Comparando as figuras 8 e 9, os 21% apresentados na figura 8, que revelaram sua insatisfação com a atual unidade

habitacional, residiam em unidades habitacionais grandes antes do PHBB. Tal dado coloca como questão os critérios usados pelo Programa para definir qual unidade habitacional serve para qual família.

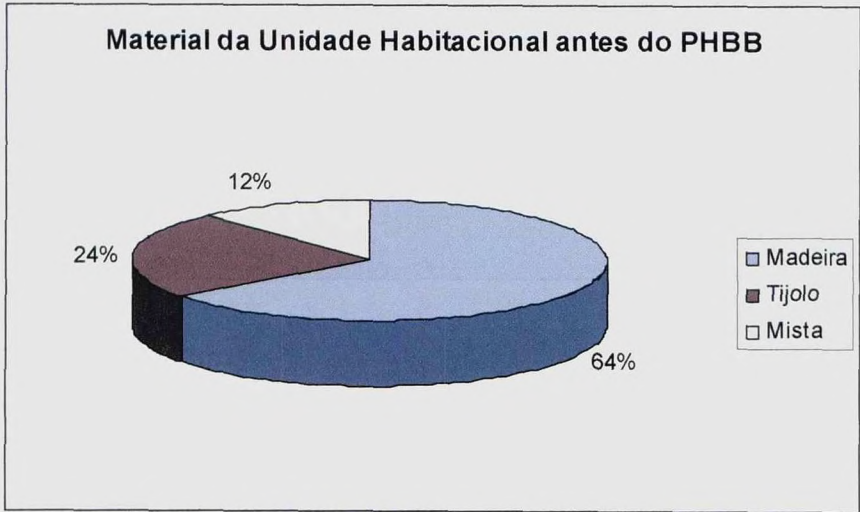


Figura 10. Material da Unidade Habitacional antes do PHBB

O material utilizado na construção da casa antes do programa habitacional é demonstrado na **figura 10**, como sendo 64% de madeira, 24% de tijolo (alvenaria) e 12% mista. Assim como já foi abordado na primeira seção deste trabalho o estado de conservação das casas, segundo os entrevistados, era ruim. Importante novamente destacar que um dos motivos da satisfação com a atual unidade habitacional é por esta ser de alvenaria (figura 8).

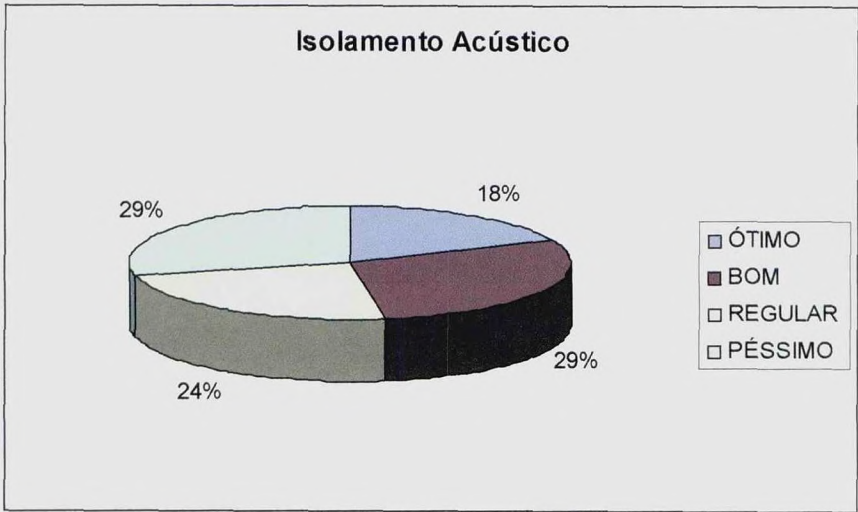
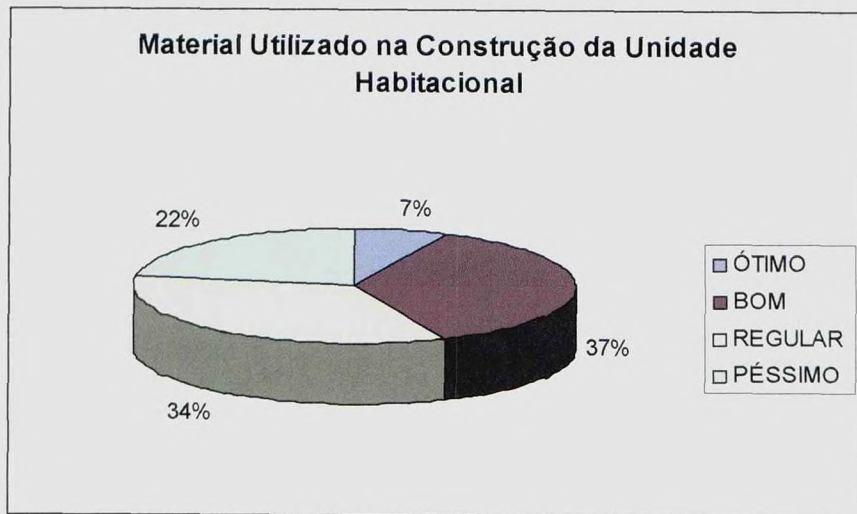


Figura 11. Isolamento Acústico

Apesar da satisfação dos entrevistados quanto à unidade habitacional, foram avaliados alguns itens como o apresentado na **figura 11**, quanto ao isolamento acústico da unidade habitacional. 29% dos entrevistados consideraram o isolamento acústico bom. O mesmo percentual considerou-o péssimo. Já 24% disseram que este é regular e 18% consideraram

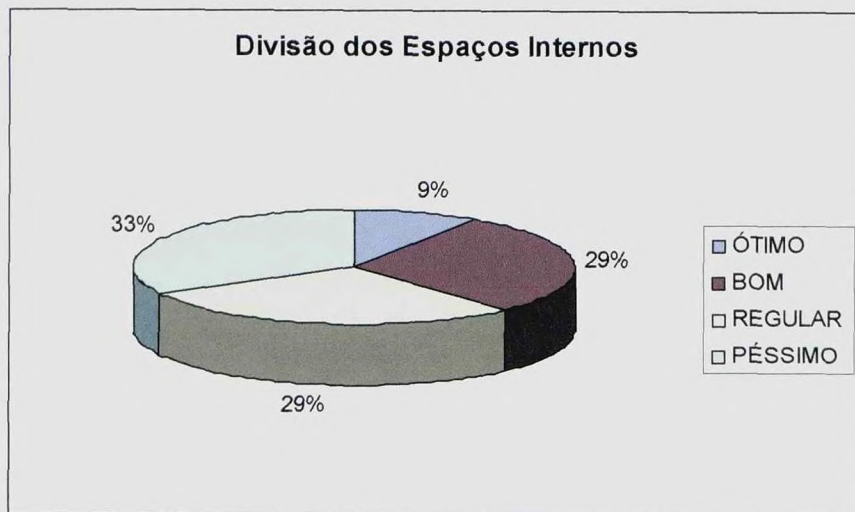


ótimo. Há que se esclarecer que as unidades habitacionais foram planejadas uma do lado da outra, separadas apenas por blocos de concreto. Importante relacionar a figura 11 com a que segue (12), pois estas são muito próximas: isolamento acústico-material utilizado.



**Figura 12. Material utilizado na Construção da Unidade Habitacional**

Em relação ao material utilizado na construção da atual moradia, os dados relatados na **figura 12**, demonstram que 37% dos entrevistados consideram bom; 34% regular; 22% péssimo e 7% ótimo. Os entrevistados que informaram que o material é regular ou péssimo comentaram que as aberturas das casas (janelas e portas) não possuem boa qualidade e com a chuva apodrecem. Também destacaram que suas moradias já apresentam sinais de rachaduras.



**Figura 13. Divisão dos Espaços Internos**

Os dados quanto à qualidade das divisões dos espaços internos da unidade habitacional, conforme apresentado na **figura 13**, demonstra que 33% dos entrevistados consideraram os espaços internos péssimo; 29% afirmaram que é bom e o mesmo percentual regular; apenas 9% dos entrevistados consideram a divisão dos espaços ótimo. Se

considerarmos os percentuais que consideram a divisão dos espaços regular ou péssima, teremos um número expressivo: 62%. Isto indica a necessidade de mais um critério, a ser revisto em projetos habitacionais futuros, o da divisão dos espaços.

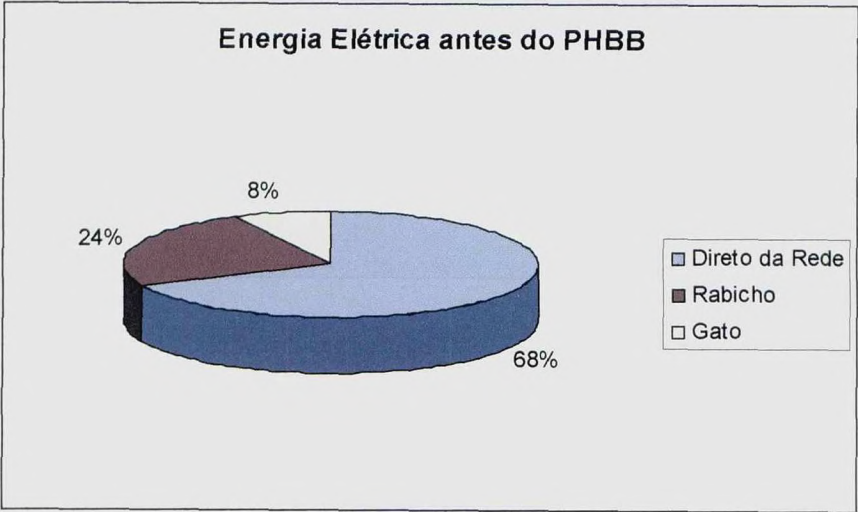


Figura 14. Energia Elétrica antes da PHBB

Buscou-se também compreender como era a forma de acesso a energia elétrica nas unidades habitacionais antes e depois do PHBB. Tais dados são explicitados na **figura 14**. Conforme os dados coletados, constatou-se que 68% das moradias tinham energia elétrica direto da rede, 24% por meio de rabicho e 8% através de “gato”.

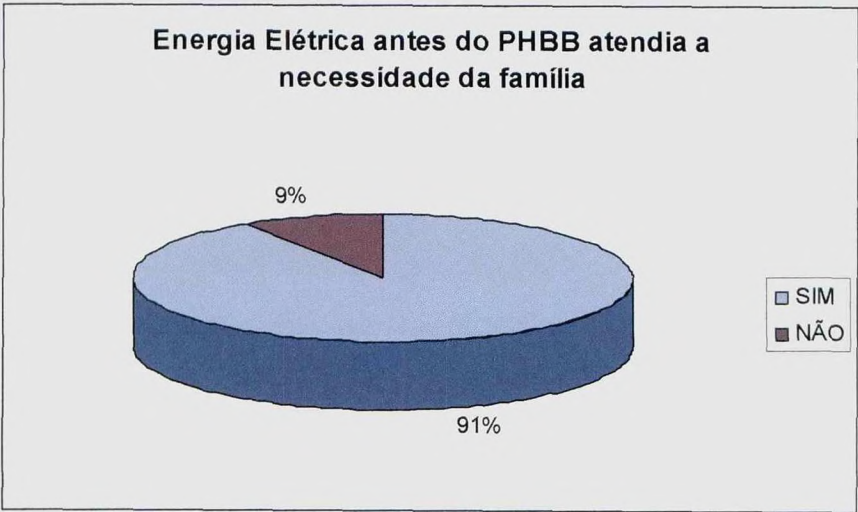
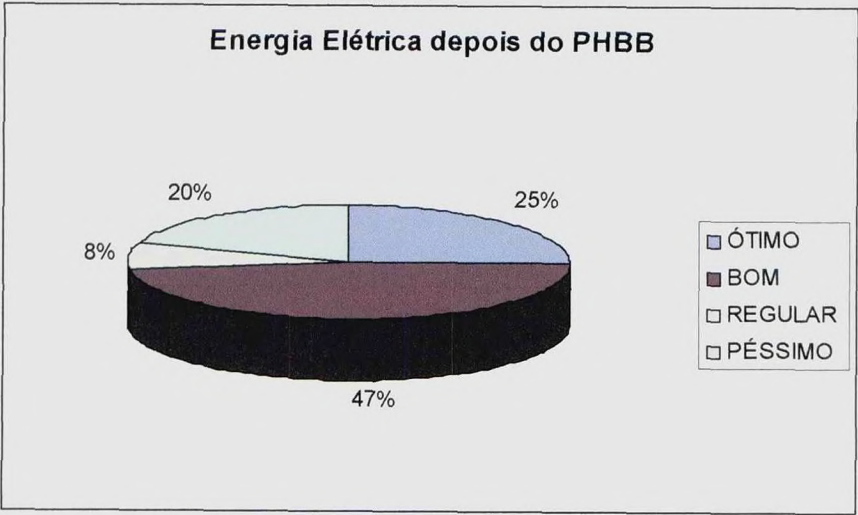


Figura 15. Satisfação com a forma de acesso à Energia Elétrica antes do PHBB

Esta forma de acesso à energia elétrica antes do PHBB, demonstrado na **figura 15**, revela que ela atendia a necessidade de 91% das famílias dos entrevistados. Apenas 9% manifestaram o contrário. Importante destacar que esses últimos tinham acesso à energia elétrica de forma clandestina (gato/rabicho).

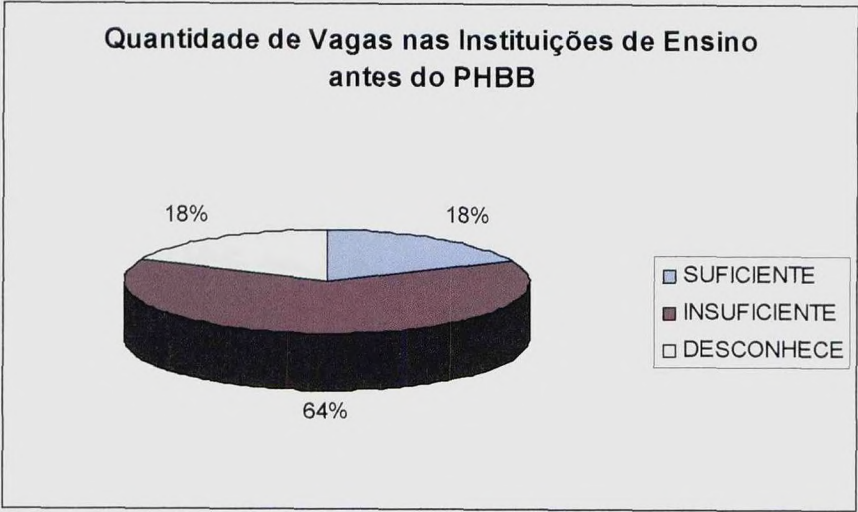




**Figura 16. Energia elétrica depois do PHBB**

O acesso à energia elétrica depois do PHBB tem sido motivo de reclamações entre os moradores, ainda que a **figura 16** nos informe que 47% consideram esta forma de acesso boa; 25% consideram ótima, contra 20% que a consideram péssima e 8% regular. Os moradores alegam que a conta de energia elétrica tem um preço elevado, mesmo com baixo consumo, o que para muitas famílias torna-se impossível o pagamento, elemento compreensível se observado a renda da família, apresentada na figura 2.

A pesquisa ainda procurou identificar a avaliação que os moradores fazem acerca do acesso à educação, antes e depois do PHBB.



**Figura 17. Quantidade de vagas nas unidades de ensino antes do PHBB**

Na **figura 17** nota-se que antes do PHBB 64% dos entrevistados consideravam as vagas nas instituições de ensino insuficientes contra 18% dos que consideraram suficiente. O equivalente percentual (18%), não soube responder ou não possuía filhos. Esse índice permanece quase que constante depois do PHBB.

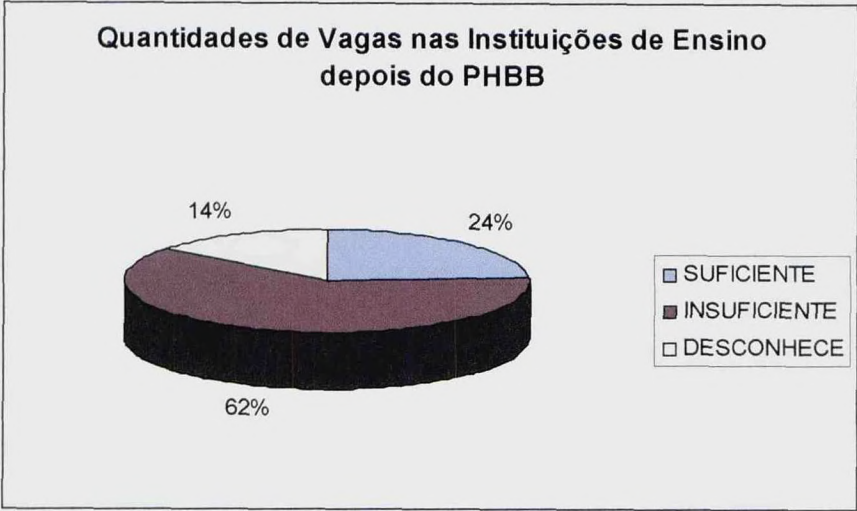


Figura 18. Quantidade de Vagas nas Instituições de Ensino depois PHBB

Depois do PHBB, 62% dos entrevistados disseram que as vagas são insuficientes, contra 24% que consideram as mesmas suficientes. Já 14% não souberam responder ou não possuem filhos. Alguns moradores afirmam que há faltas de vagas nas creches e que por este motivo não podem trabalhar, por não terem onde deixar os filhos pequenos. Ora, este dado levanta questão no que diz respeito à rede de serviços públicos que são necessários serem disponibilizados à população nos projetos habitacionais.

Com relação à urbanização e a infra-estrutura é notória a diferença entre o antes e o depois do PHBB.

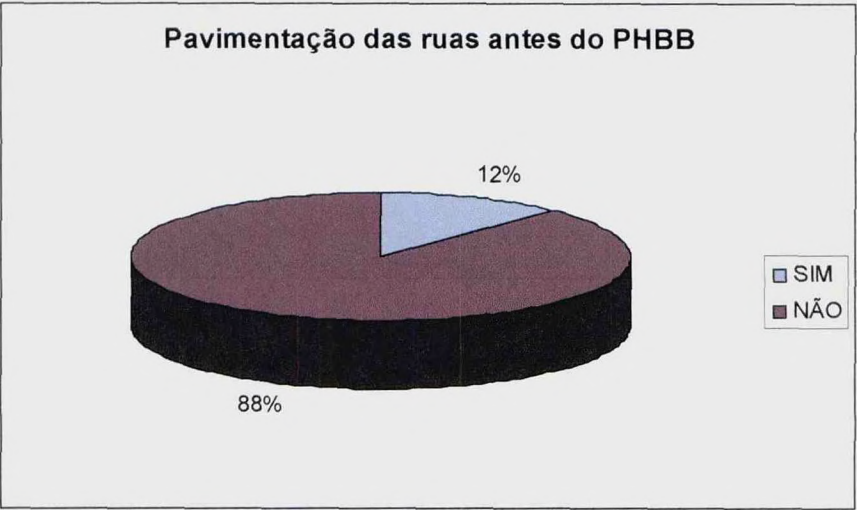


Figura 19. Pavimentação das ruas antes do PHBB

A **figura 19** aponta que 88% dos entrevistados afirmaram não haver pavimentação das ruas, contra 12% que afirmaram a existência de ruas pavimentadas.



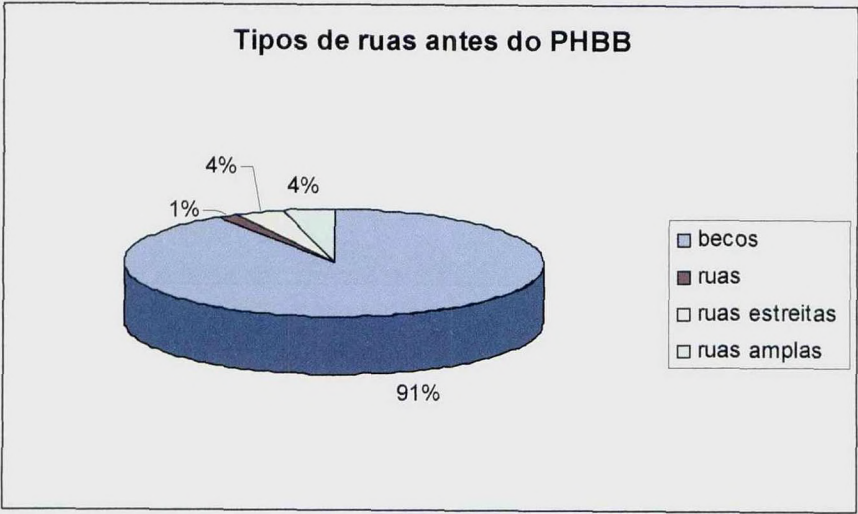


Figura 20. Tipos de ruas antes do PHBB

Já na **figura 20** observamos que para 91% das pessoas entrevistadas essas ruas eram classificadas como becos. 4% consideravam serem ruas amplas, e igual percentual, ruas estreitas.

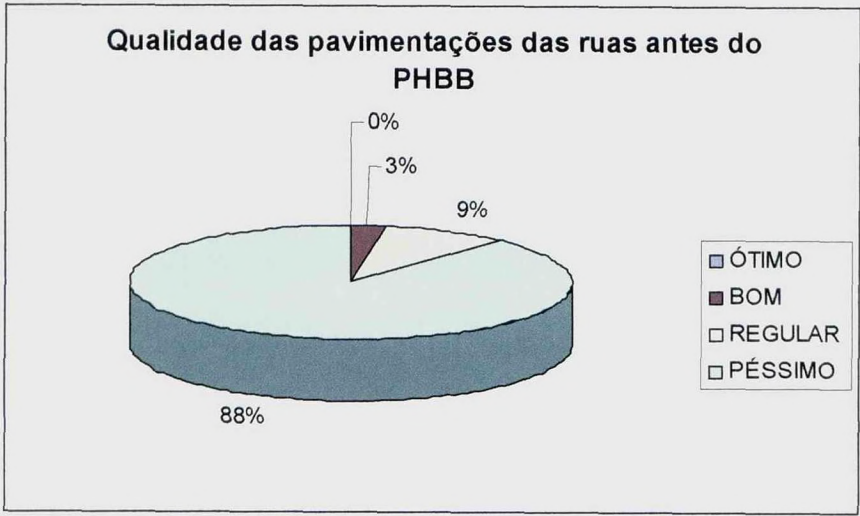
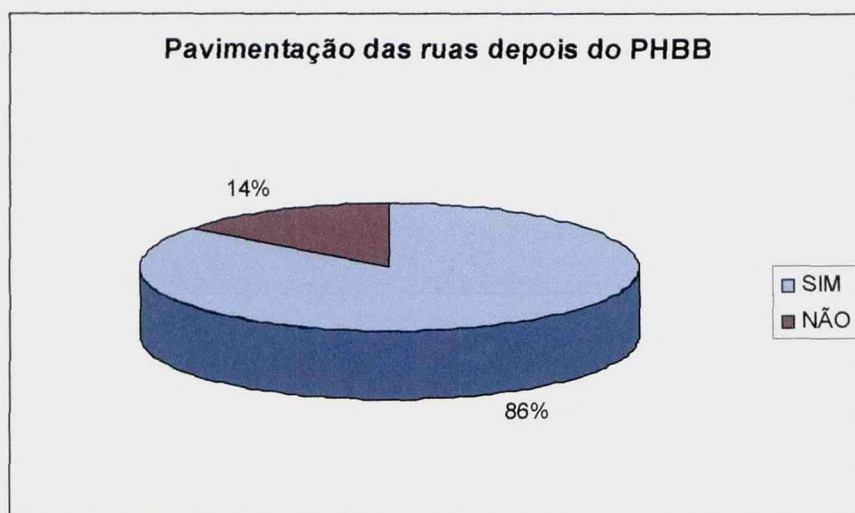


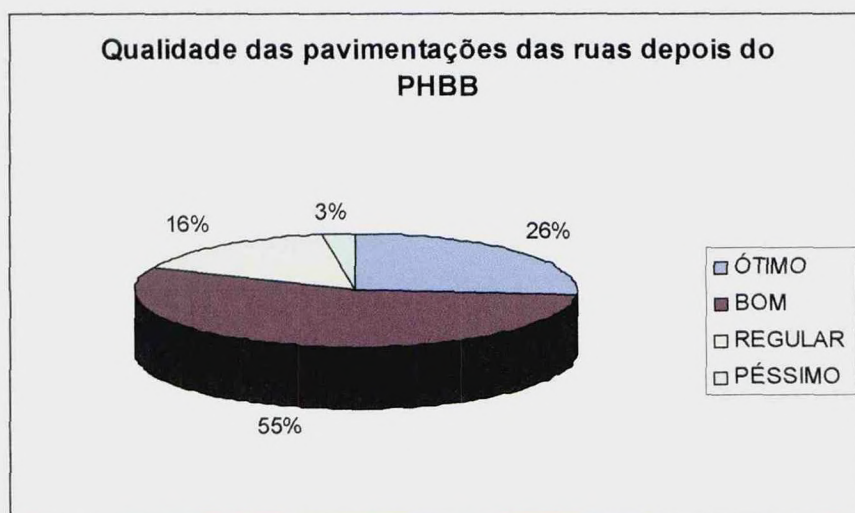
Figura 21. Qualidade das Pavimentações das ruas antes do PHBB

A qualidade dessa pavimentação, conforme **figura 21**, informa que, para 88% dos entrevistados, essa era péssima, contra 9% que considerava regular e 3% boa. Nenhum dos entrevistados considerou ótima a pavimentação antes do PHBB.



**Figura 22. Pavimentação das ruas depois do PHBB**

Depois do PHBB, observaram-se mudanças significativas na pavimentação das ruas, conforme informa a **figura 22**. Para 86% dos entrevistados estas são pavimentadas contra 14% que disseram que algumas ruas da comunidade não o são. No entanto há de se considerar que as obras ainda não foram concluídas na região e que diversas ruas ainda passarão pelo processo de pavimentação.



**Figura 23. Qualidade das Pavimentações das ruas depois do PHBB**

Os entrevistados apontaram que ocorreram melhorias na qualidade da pavimentação depois do PHBB. A **figura 23** indica que 55% dos entrevistados consideram a atual pavimentação das ruas boa, 26% ótima contra 16% que as consideraram regular ou 3% péssima.



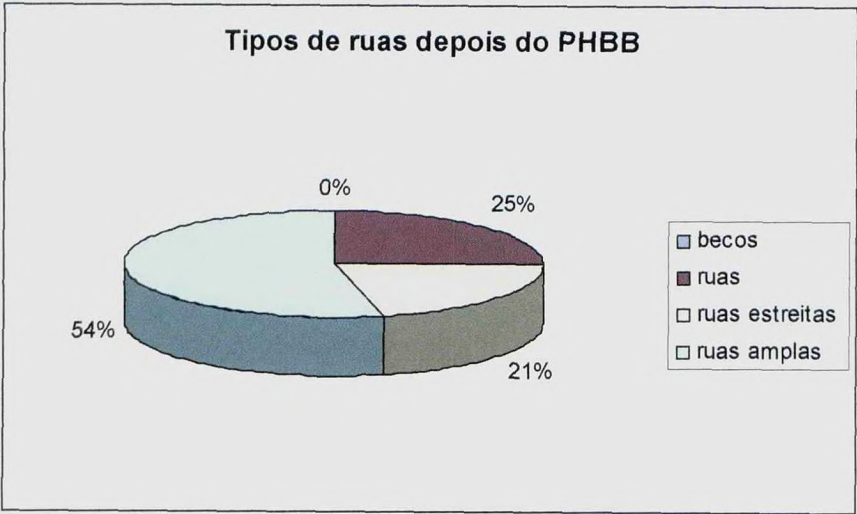


Figura 24. Tipos de ruas depois do PHBB

Depois do PHBB, segundo os entrevistados, houve uma ampliação das ruas com relação à antes do PHBB. 54% disseram que as ruas são amplas, 25% consideram que são ruas, contra 21% que ainda acham as ruas estreitas. Todos os entrevistados afirmam não haver mais becos na comunidade. Essa ampliação das ruas representa uma satisfação dos moradores, que afirmam a melhoria do acesso até suas casas, seja com algum veículo de transporte ou apenas caminhando, além de contribuir com aspecto de maior segurança, ainda que isto seja um fator subjetivo.

Outra situação estudada foi a existência de associação de moradores nas comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte.

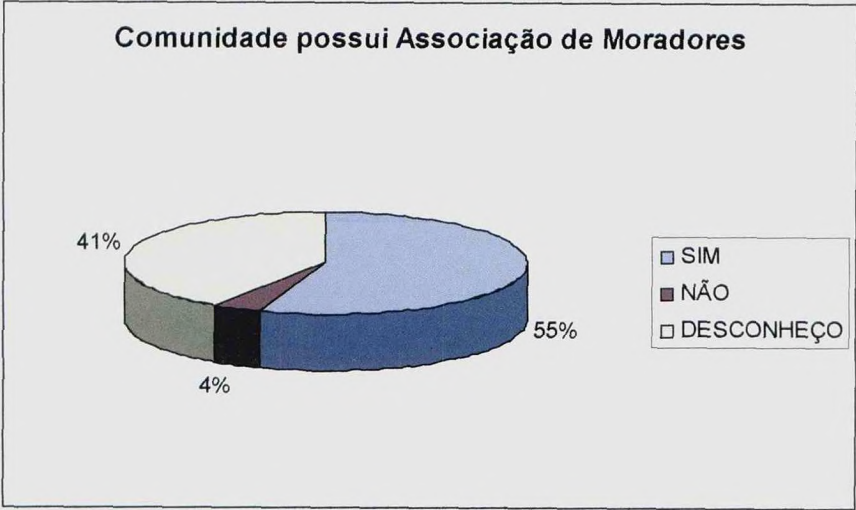


Figura 25. Presença de Associação de Moradores na comunidade

Os dados da **figura 25** demonstram que 55% dos entrevistados possuem o conhecimento de que em suas comunidades existem associação de moradores, contra 41% que não souberam responder ou nunca ouviram falar a respeito desta organização comunitária.

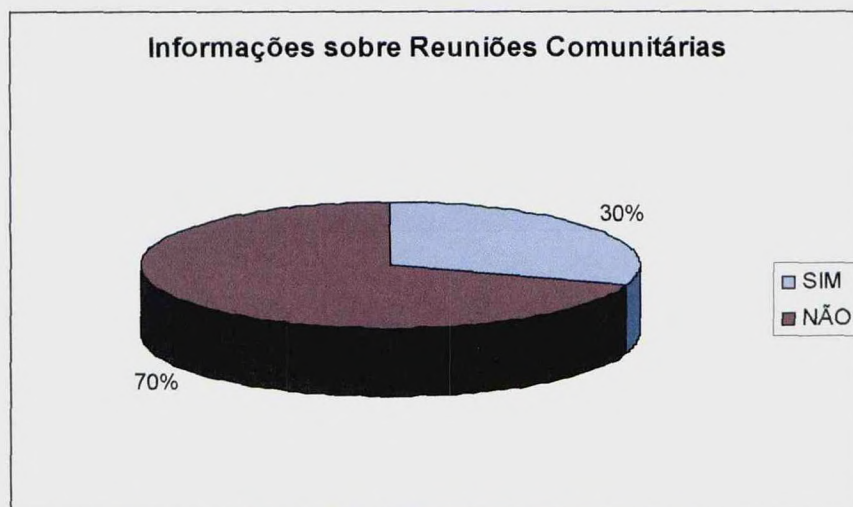
Ainda 4% responderam que não existe nenhum tipo de organização comunitária em suas comunidades.



**Figura 26. Participação dos Entrevistados em Reuniões Comunitárias**

Com relação à participação destes entrevistados em alguma organização comunitária, a **figura 26** indica um percentual impactante: 86% dos entrevistados não participam de nenhuma organização comunitária. Neste percentual estão inclusos aqueles 45% que na figura 25 afirmaram não terem conhecimento sobre associação de moradores ou que afirmaram a inexistência desta forma de organização na comunidade, contra 14% que participam de reuniões comunitárias.

Constatado o baixo índice de conhecimento e mesmo de participação por parte dos entrevistados em organizações comunitárias, procurou-se identificar elementos que justificassem esta realidade. Uma das hipóteses foi a falta de informação sobre as organizações comunitárias e suas forma de organização.

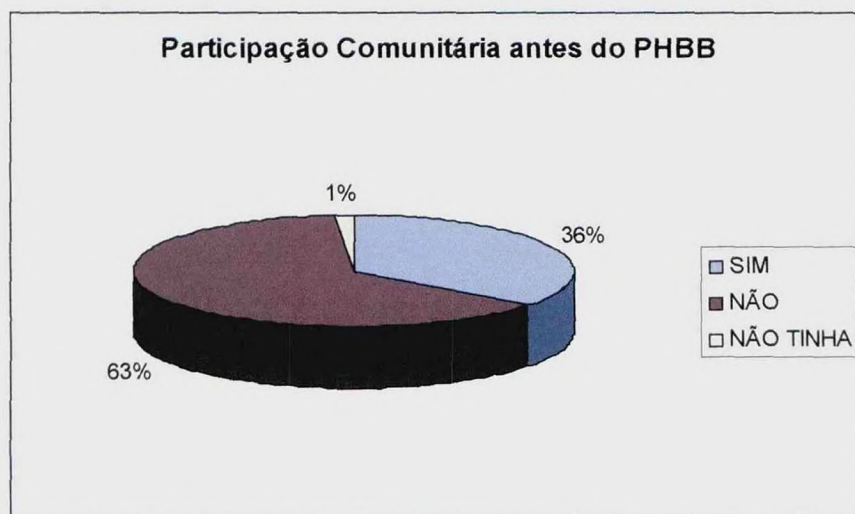


**Figura 27. Informação sobre Reuniões Comunitárias**



A **figura 27** nos informa que 70% dos entrevistados não recebem nenhum tipo de informação sobre reuniões comunitárias contra 30% que recebem. Se relacionarmos esses dados, com o da figura anterior, veremos que destes 30% que recebem informações, apenas metade desse percentual participa das reuniões comunitárias. Por outro lado é extremamente alto o índice de pessoas que não participam e não recebem informações sobre o processo de organização ali existente. Isto levanta indagações de como se deu a efetividade da macro-ação MOC que tem como um dos seus objetivos o processo de envolvimento e organização da comunidade no projeto de habitação.

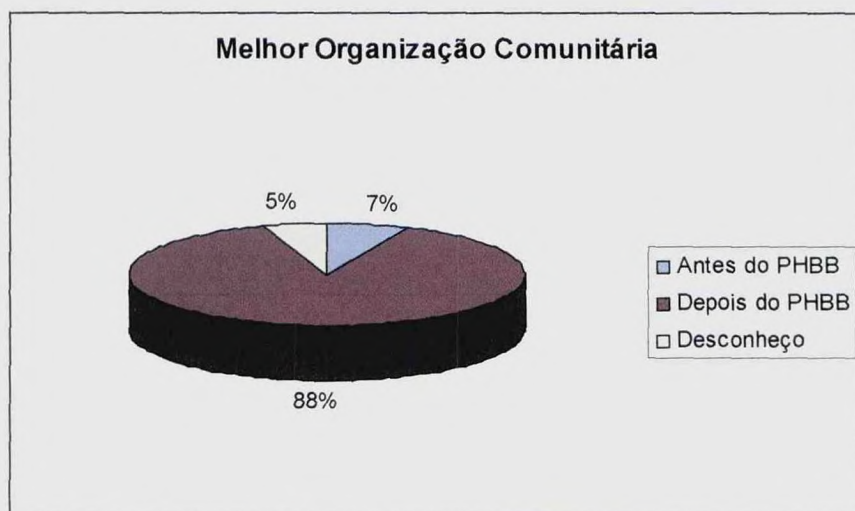
Considerando os dados obtidos, procuramos identificar se/como os entrevistados participavam de algum tipo de organização comunitária antes do PHBB.



**Figura 28. Participação Comunitária antes do PHBB**

Os dados da **figura 28** revelam que o processo de participação antes do PHBB era um pouco maior que depois do PHBB. Antes do PHBB, 63% não participavam, contra 36% dos entrevistados participavam de algum tipo de organização comunitária.

Assim, consolida-se o questionamento acerca da efetividade da macro-ação MOC, dentre as demais macro-ações, já expresso anteriormente, como uma das ações que deveriam apontar para a questão da melhoria da qualidade de vida e participação cidadã.



**Figura 29. Melhoria no Processo de Organização Comunitária**

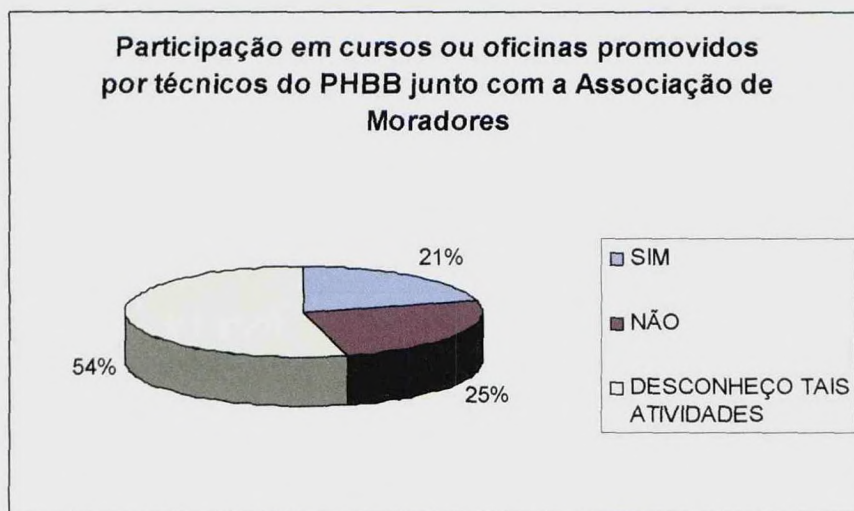
A pesquisa ainda perguntou a opinião dos entrevistados quanto à organização de sua comunidade. Os dados da **figura 29** demonstram que 88% consideram que a sua comunidade está melhor organizada depois do PHBB; já 7% alegaram que existia mais organização antes do PHBB e 5% dos entrevistados responderam que desconhecem tal informação ou ainda que continua a mesma coisa que antes.

Devemos ressaltar aqui que quando os moradores respondem maciçamente que a comunidade está “melhor organizada” depois do PHBB, fica evidente nas respostas que estes não se referem ao processo de organização política e social da comunidade, já que quando perguntado porquê, estes se referiam ao processo de urbanização proposto pelo programa habitacional: a pavimentação das ruas, a reorganização e “embelezamento” dos espaços e das unidades habitacionais, ao sistema de coleta de lixo, abastecimento de água e rede de esgoto ao acesso às ruas das comunidades e outros.

Já quando alguns se referem à uma melhor organização antes do PHBB, aqui sim estão se referindo à questão político-organizativa da comunidade, já que quando perguntados porque, se referiam às reuniões comunitárias, às informações que eram repassadas com mais frequência pelos representantes das associações de moradores o que levava a uma participação mais significativa dos moradores.

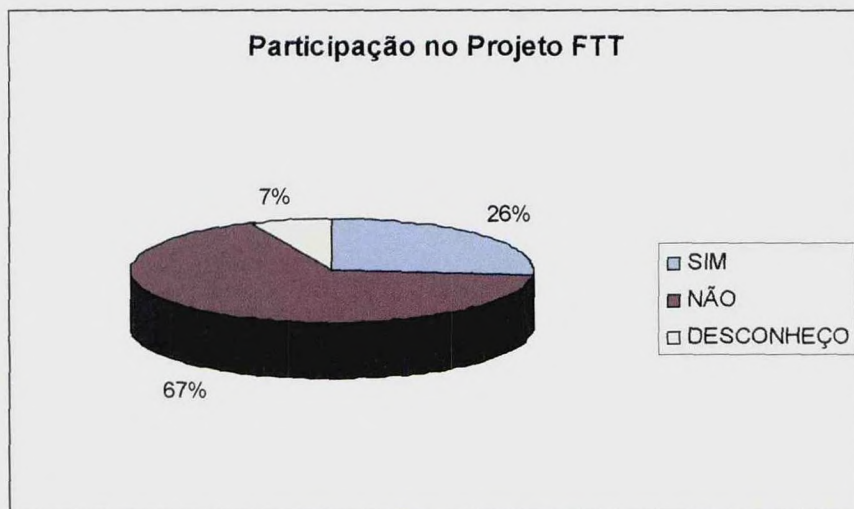
Continuando nosso levantamento para compreender a qualidade de vida e participação comunitária no desenvolvimento do Programa HBB, a pesquisa procurou explicitar como se efetivou as macro-ações via cursos e oficinas, sejam elas de âmbito profissional, ambiental e/ou organizativo promovidos por técnicos do PHBB juntamente com a Associação de Moradores.





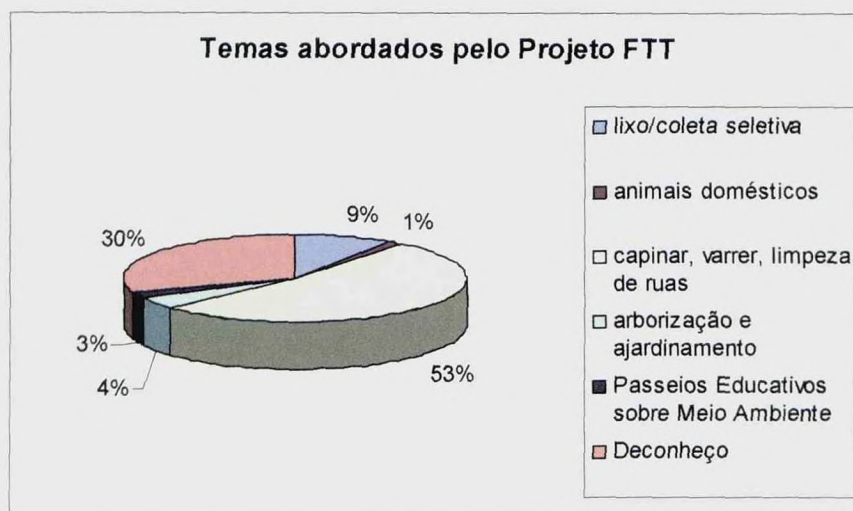
**Figura 30. Participação em Cursos e Oficinas promovidos por técnicos do PHBB**

Conforme a **figura 30**, 56% nunca ouviram falar sobre cursos e/ou oficinas promovidas por técnicos, em conjunto com a associação de moradores contra 25% dos que, apesar de já terem ouvido falar, nunca participaram. Apenas 21% dos entrevistados já participaram de algum curso ou oficina promovidos pelo trabalho social do PHBB.



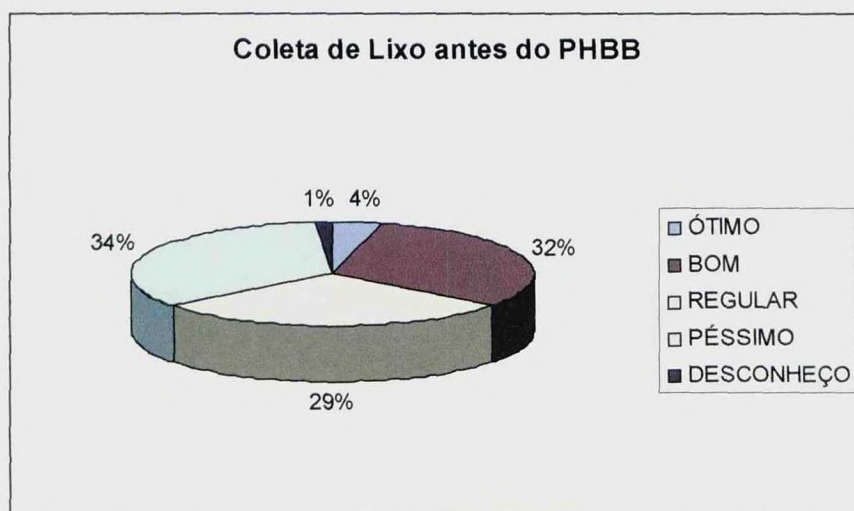
**Figura 31. Participação no Projeto Frentes Temporárias de Trabalho**

Com relação à participação dos entrevistados na macro-ação ESA, através do Projeto Frentes Temporárias de Trabalho (FTT) na Área do Meio Ambiente, a **figura 31** revela que: 67% conhecem, mas nunca participaram do mesmo contra 26% que já participaram e 7% não conhecem a atividade de ESA. Interessante aqui assinalar que um dos objetivos da ESA é de que todos os moradores, seja de forma direta, seja indireta através dos multiplicadores, sejam sujeitos ativos na questão sanitária e ambiental. Quando 67% dos entrevistados não se sentem sujeitos deste processo, abre-se lacunas na efetividade da ESA.



**Figura 32. Temas abordados pelo Projeto FTT**

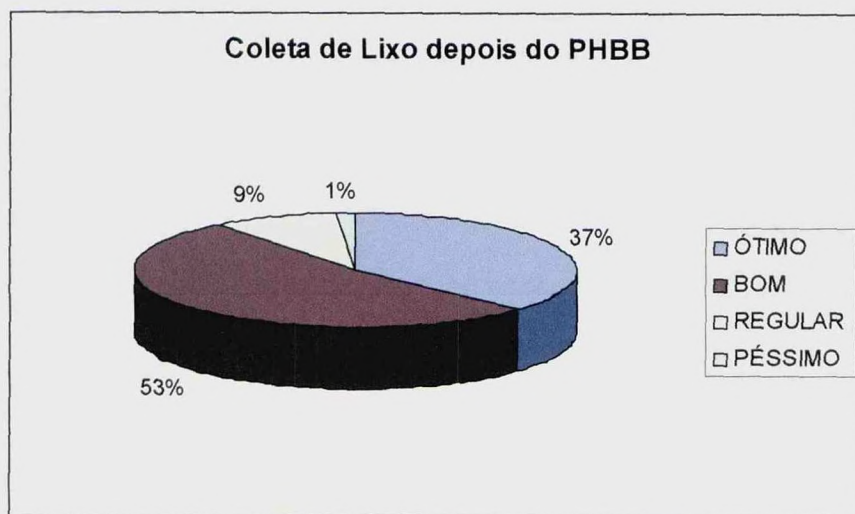
Dentre àqueles que conhecem o Projeto FTT, como indicado na figura 31 (67% + 26%), pode-se afirmar ser expressivo aqueles que sabem dos temas trabalhados. A **figura 32** aponta que 70% identificam os temas abordados pelo Projeto, contra 30% que não conhecem as atividades trabalhadas nessa ação de ESA. Entretanto, há que se destacar que destes 70% que identificam os temas, um numero expresso, 53% acham que é constitutivo das FTT o capinar, varrer e limpar as ruas. Ainda que isto seja uma ação do projeto, as questões mais amplas de educação sanitária e ambiental ficam a reboque desta.



**Figura 33. Coleta de Lixo antes do PHBB**

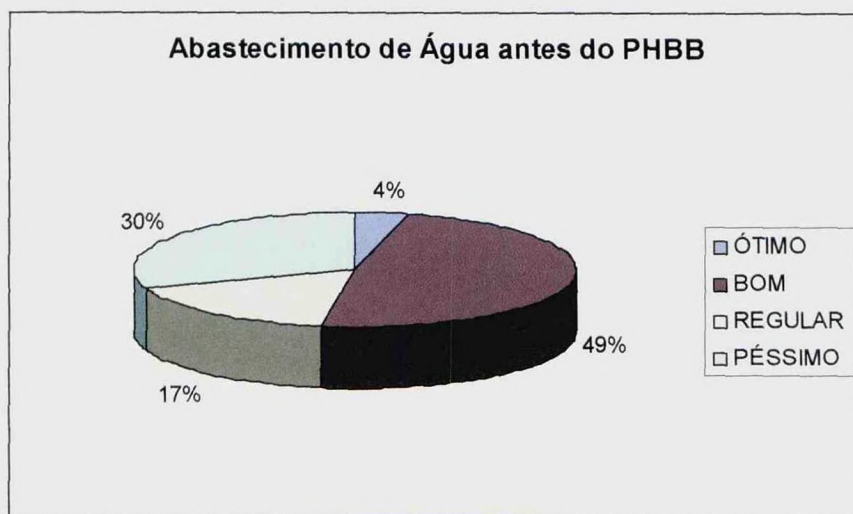
Perguntados sobre a coleta de lixo antes do PHBB, a **figura 33**, mostra que 34% dos entrevistados consideravam péssima, seguido de 32% que achavam boa e 29% regular. Apenas 4% dos entrevistados consideravam ótima e 1% não soube responder.





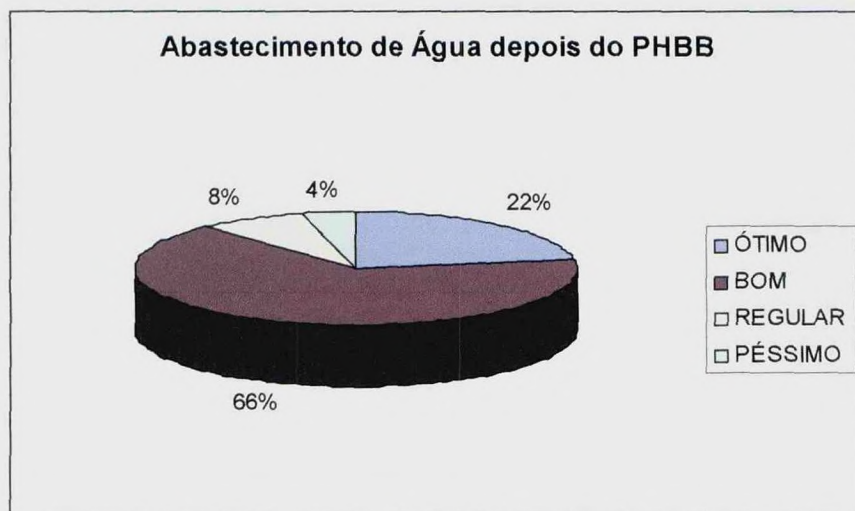
**Figura 34. Coleta de Lixo depois do PHBB**

A mudança na coleta de lixo é bastante significativa depois do PHBB. Estas passaram a ser diárias e ocorreram melhorias na sua avaliação, conforme dados da pesquisa. A **figura 34** demonstra que 37% das pessoas entrevistadas consideram a coleta ótima, 53% boa, contra 9% regular e 1% péssima. Se somarmos os percentuais do bom e ótimo, teremos um indicador de 90% de satisfação por parte dos entrevistados. Algo que merece destaque.



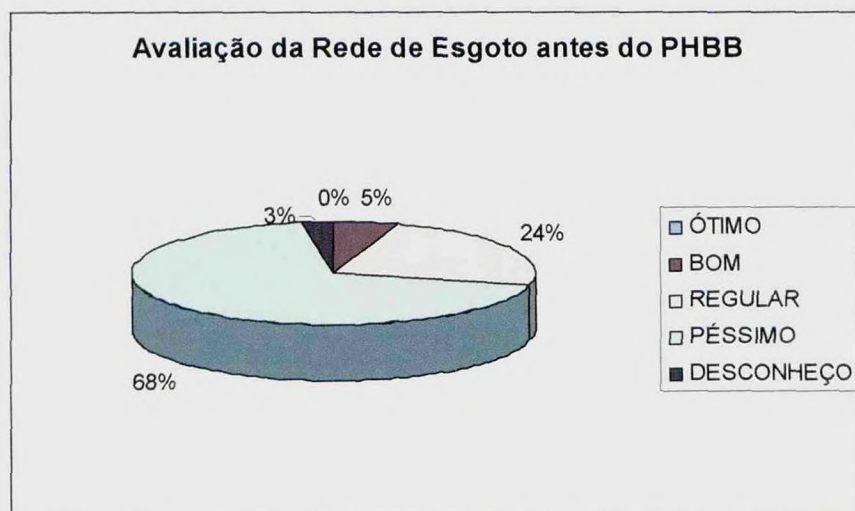
**Figura 35. Abastecimento de Água antes do PHBB**

O abastecimento de água apresentado na **figura 35** revela que antes do PHBB 49% dos entrevistados consideravam o abastecimento bom, contra 30% que o consideravam péssimo por causa da aparência (escura) da água e/ou pela falta constantemente. Já 17% consideravam regular, e apenas 4% ótimo.



**Figura 36. Abastecimentos de Água depois do PHBB**

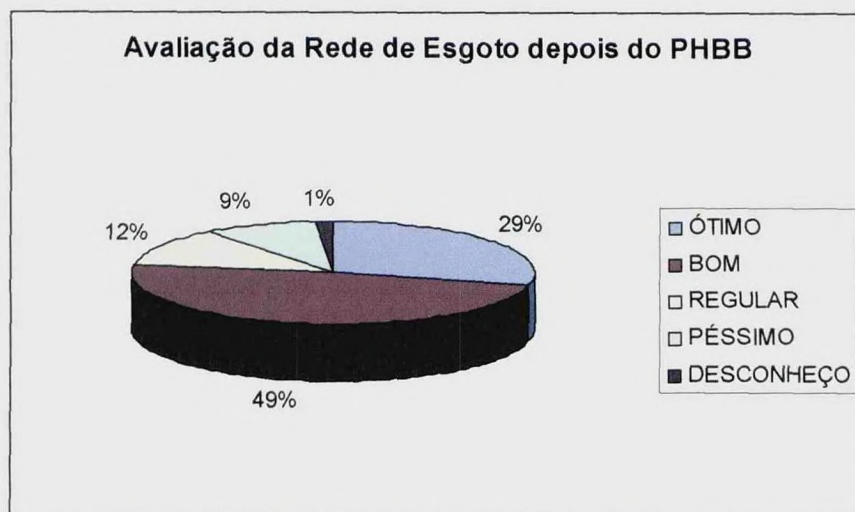
Observa-se melhoria no abastecimento de água após o PHBB, conforme exposto pelos entrevistados e demonstrado na **figura 36**. Atualmente 66% avaliam o abastecimento de água como bom e 22% o consideram ótimo, contra 8% que o consideram regular e 4% péssimo, devido a as faltas freqüentes na rede de abastecimento. Este é outro indicador bastante positivo, se considerarmos os percentuais de bom e ótimo (88%).



**Figura 37. Avaliação da Rede de Esgoto antes do PHBB**

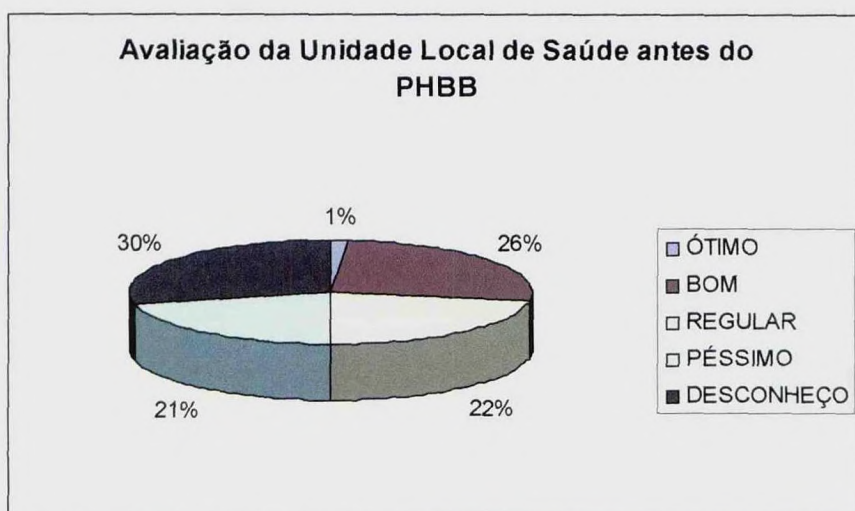
Os entrevistados ainda revelaram que a rede de esgoto antes do PHBB, como pode ser observada, na **figura 37**, era pior que a atualmente, como já esperado em áreas de assentamentos precários; os dados acima indicam que 68% consideravam péssima devido aos constantes entupimentos na rede e por não existir nenhum tipo de tratamento; os dejetos eram jogados a céu aberto, comprometendo a saúde dos moradores. Já 24% consideravam como sendo regular e apenas 5% avaliavam como bom. Nenhum dos entrevistados considerava a rede ótima.





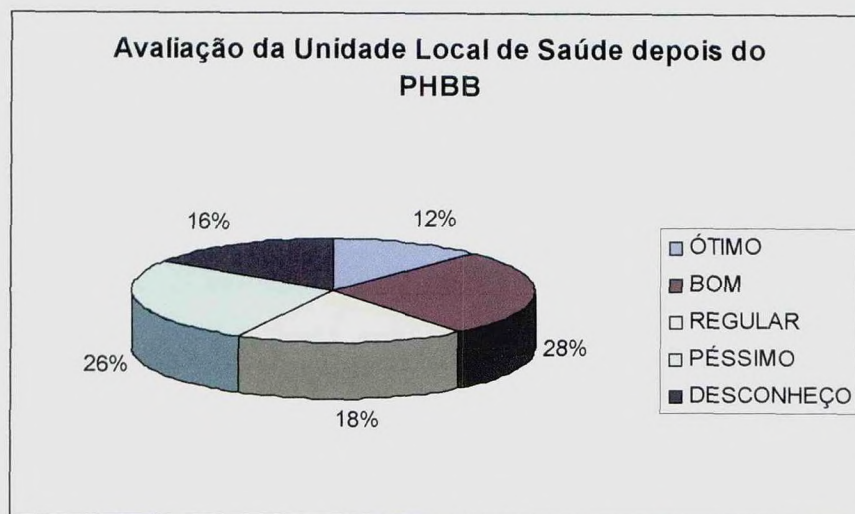
**Figura 38. Avaliação da Rede de Esgoto depois do PHBB**

A rede de esgoto, depois do PHBB, apresentada na **figura 38**, obteve grande melhoria, segundo nossos entrevistados: 49% a consideram boa, 29% avaliam como sendo ótimo, contra 12% que a consideram regular e 9% péssimo. Apenas 1% não soube responder se em sua comunidade existia rede de esgotamento. Se somarmos aqueles que consideram a melhoria, boa e ótima teremos um dado de aprovação de 78%. Essa melhoria deve-se ao fato, que atualmente os dejetos são canalizados, não sendo mais jogados ao “ar livre” como eram antigamente.



**Figura 39. Avaliação da Unidade Local de Saúde antes do PHBB**

Quanto à avaliação da Unidade Local de Saúde, conforme **figura 39**, 30% dos entrevistados disseram desconhecer a mesma ou que não existia unidade local de saúde em sua comunidade antes do PHBB. Já 26% a consideravam boa e 22% regular, contra 21% que considerava a ULS péssima. Apenas 1% dos entrevistados avaliavam a ULS como ótima.



**Figura 40. Avaliação da Unidade Local de Saúde depois do PHBB**

Depois do PHBB, pode-se afirmar aumentou o percentual daqueles que consideram a Unidade Local de Saúde boa ou ótima considerando a figura anterior (figura 39). De acordo com a **figura 40**, 28% consideram a ULS boa e 12% consideram-na ótima (de 27% passou para 40%). Entretanto, há que se destacar que também cresceu aqueles que consideram a ULS péssima em relação a figura anterior, já que 26% dos entrevistados avaliaram o posto de saúde como péssimo (de 21% passou para 26%). Também é significativo o número de pessoas que atualmente conhecem a ULS em relação a antes do PHBB (de 30% passou para 16%).

Os que responderam que a ULS é péssima ou regular argumentam que isso é decorrente do atendimento dos funcionários, da falta de vagas para consultas, o que obriga os moradores, para conseguirem ser atendidos, se deslocar até a ULS pela madrugada. Muitos, pela demora no atendimento, se dirigem direto a hospitais, ao invés do posto de saúde o que acaba sobrecarregando as emergências dos hospitais e invertendo o processo de atendimento: de baixa complexidade à alta complexidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz elementos desafiadores e que nos apontam inúmeras reflexões acerca do trabalho profissional do Serviço Social na execução da política habitacional voltada às famílias de baixa renda.

De acordo com a pesquisa realizada, não há como não considerar, que houve em termos objetivos, uma melhoria da qualidade de vida dos moradores da região Chico Mendes após a implantação e execução do Projeto Integrado de Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário.

Os dados levantados apontam isto. Os entrevistados confirmam que a qualidade de vida, no que se refere a elementos de ordem material, que dizem respeito às necessidades básicas como habitação, abastecimento de água, coleta de lixo, saneamento básico, ou seja, o que podemos resumir como sendo de aspectos físicos e de infra-estrutura urbanística, foram efetivados.

Decorrente dos elementos acima apontados, temos elementos de ordem não material, que também foram atingidos, como por exemplo, a satisfação destes sujeitos com os atuais serviços de urbanização e infra-estrutura. Esta satisfação tem implicações diretas na sua auto-estima. Dito em outros termos, a melhoria das condições de infra-estrutura urbanística os colocou como sujeitos no conjunto da cidade. Não são mais estigmatizados com tanta frequência, como “marginais”, “favelados” ou “perigosos”, que costumavam ser considerados anteriormente, segundo nossos entrevistados.

Há um sentimento por parte destes, de pertencimento à cidade, e de reconhecimento da comunidade como seu lugar de identidade, que antes vivia na subnormalidade e na ilegalidade urbana, para a entrada na cidade formal que recebe investimentos públicos, de forma a dar respostas a uma questão social que reflete no desenvolvimento institucional do município.

Por outro lado, considerando ainda outros elementos de ordem imaterial, e aqui situamos a questão do processo de construção de cidadania, da autonomia, de autoconhecimento destes enquanto sujeitos de direitos, que se constrói via um processo de participação cidadã, a mesma pesquisa indica que tais elementos não se alteraram. Os entrevistados deixaram claro nas suas respostas que não exerceram o controle social proposto na política de habitação nacional.

Percebe-se que a participação comunitária efetivada segue muito mais a perspectiva já apontada por Gohn, onde a população é “capturada” pelo poder estatal, para referendar o



proposto pelo órgão público. O que conta são números, quantidade, uma participação representativa, em detrimento de uma participação qualitativa, na perspectiva democrático-radical, de construção de cidadania, de autonomia, de possibilidade de recusa, de fortalecimento dos sujeitos envolvidos, a ponto que eles se percebam como “sujeitos sociais” na construção de iniciativas que apontem transformação, uma nova realidade social, na busca de novas práticas políticas, novos valores, de tal forma que os sujeitos envolvidos no processo se reconheçam como “cidadãos”, com potencial de decisão e definição de suas próprias vidas e da vida em grupo.

Partindo do pressuposto da política habitacional destinada às famílias de baixa renda, podemos afirmar que algumas dinâmicas que se apresentavam antes do Projeto Integrado, na considerada “favela”, hoje se readaptaram a chamada comunidade. Algumas questões quanto à renda e à escolaridade dos moradores não se alteraram, isso influencia na perspectiva de vida de cada um dos moradores o que acaba reforçando ou reiterando práticas estabelecidas.

Nesse sentido entendemos que é fato que o Programa Habitar Brasil BID na região Chico Mendes, em aspectos materiais, melhorou a qualidade de vida dos moradores desta região, mas o trabalho social desenvolvido através das três macro-ações não foi na sua amplitude efetivado. Pois, a partir do proposto nas três macro-ações, não instigou a elevação da qualidade de vida imaterial e da participação comunitária.

Não há elementos, colhidos pela pesquisa, que revelem o desencadeamento de um processo de ampliação da cidadania, de mudança de práticas e valores, de modo que os moradores envolvidos se reconheçam como sujeitos de direitos e deveres, elementos intrínsecos ao projeto ético-político que orienta a profissão de serviço social.

Portanto, considerando tal projeto ético político, onde a liberdade, construída historicamente, que aponta emancipação, autonomia, a ampliação e consolidação da cidadania, entendemos que o trabalho social que vêm sendo desenvolvido em políticas habitacionais de interesse social, deva redefinir suas práticas a ponto de intervir com mais efetividade nos aspectos imateriais da vida dos sujeitos com o qual se trabalha, sendo elemento desencadeador do surgimento de “sujeitos de direitos” e de materializar aquilo que vêm sendo proposto no código de ética da profissão.



## REFERÊNCIAS

- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatísticas aplicadas às Ciências Sociais**. 7ed. Editora da UFSC, Florianópolis, 2007.
- BRASIL/BID, Programa Habitar; Projeto BRA/00/019. **Política Municipal de Habitação Orientações para Formulação e Implementação**. Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID, Volume I, Orientações para Formulação e Implementação, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Termo de Referência Orientações para Elaboração**. Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID – Volume II, Termo de Referência – Orientações para Elaboração, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Regulamento Operacional**, 2004. < <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/hbb/biblioteca/normativos-do-programa-hbb?searchterm=HBB> Acesso 12 junho de 2008
- \_\_\_\_\_. **Normativos do Programa Habitar Brasil BID (HBB)**. Disponível em < <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/hbb/biblioteca/normativos-do-programa-hbb?searchterm=HBB> Acesso 23 julho de 2008.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Apoio à Implementação do Programa Habitar Brasil BID (HBB)**, 2000. Disponível em < <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/hbb/biblioteca/normativos-do-programa-hbb?searchterm=HBB>> Acesso 14 julho de 2008
- \_\_\_\_\_. **Manual do Programa Habitar Brasil BID Orientações do Subprograma Urbanização de Assentamentos Subnormais**, 1999. Disponível em< <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/programas-e-acoes/hbb/biblioteca/normativos-do-programa-hbb?searchterm=HBB> > Acesso 08 julho de 2008.
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- CECCA – Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Qualidade de Vida e Cidadania: a construção de indicadores socioambientais da qualidade de vida em Florianópolis**. 2 ed. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Indicadores de Qualidade de Vida**, Disponível< <http://www.agrorede.org.br/ceca/projeto/INDICADORES.html>> acessado em 14 de julho de 2008.



CIDADES, Ministério das e Secretaria Nacional de Habitação. **Instruções específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenção de Provisão Habitacional.** Programa Habitação de Interesse Social, 2007, 8p.

CORRÊA, Antônio José Lamarão. **Qualidade de vida urbana na Amazônia: Os casos de Marapanim e Vila Cabanos** – Belém: UNMA, 2001.

CÓDIGO DE ÉTICA. In: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**, CRESS 09ª Região – Gestão 2002/2005, São Paulo, 2004.

DAGNINO, Evelina; PINTO, Regina Pahim Pinto (orgs.). **Mobilização e Organização Comunitária.** Série Justiça e Desenvolvimento. São Paulo, 2007.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social. **Projeto Bom Abrigo.** Projeto de urbanização, habitação e desenvolvimento comunitário da Região Chico Mendes. Volume III, maio de 2000.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Programa Habitar Brasil BID.** Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política Habitacional de Florianópolis** – Versão Preliminar 2002.

\_\_\_\_\_. **Resumo do Projeto Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.** Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. **Reprogramação do Projeto de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.** Florianópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. **Seminário Interno sobre Política Habitacional do Município de Florianópolis.** Texto de Apoio, 2006, 13p.

FREITAS, Carlos Machado de. **Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais.** Ciênc. saúde coletiva, 2003, vol.8, no.1, p.137-150. ISSN 1413-8123.

GODOY, Tatiana Angélica de Godoy. **A Prática da Participação dos Moradores da Foz do Rio Biguaçu no Projeto Beira-Rio-Programa Habitar Brasil/BID em Biguaçu/SC.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSC, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** Coleção Questões da nossa época, 2ª ed, v. 84. São Paulo: Cortez, 2003.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (orgs.). **Política de Habitação Popular e Trabalho Social.**

HERCULANO, Selene C. **A Qualidade de Vida e seus Indicadores.** In: HERCULANO, Selene C. et al. (org.). **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**, Niterói: Eduff, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2000.



JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações**. 3 ed. Campinas/SP. Editora Alínea, 2004.

MARCOS, Bianca Aparecida. **O Serviço Social da Execução da Política de Habitação – Projeto Beira Rio – no Município Biguaçu**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSC, 2007.

MARQUES, Cheyenne Vieira. **A participação dos usuários no Programa Habitar Brasil BID – Mocotó: desafios para a intervenção profissional do Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSC, 2006.

MARICATO, Ermínia. **A nova Política Nacional de Habitação**. Disponível em <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/04textos/novpohab.doc>> Acesso em 23 junho de 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2005.

MIRANDA, Rogério. **Habitação Popular & Favelas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José**. Florianópolis, 2001. Disponível em <[http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/publicacoes/\\_planejamento\\_habitacional/miranda\\_rogerio.pdf](http://www.pmf.sc.gov.br/habitacao/publicacoes/_planejamento_habitacional/miranda_rogerio.pdf)> Acesso em 15 de junho de 2008.

\_\_\_\_\_. **Crescimento dos Assentamentos Precários em Florianópolis de 1987 a 2007**. Florianópolis, 2008.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **O Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte: experiência de construção e perspectivas de aplicabilidade de um instrumento urbanístico, na gestão da cidade**. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. EG/FJP WBI PBH ESAF IPEA, Belo Horizonte, 2000.

PAES, Ilizete de LB. **Qualidade de vida da população do município de Treze Tílias-SC e fatores associados**. Joaçaba; 2004. Dissertação de Mestrado – (Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC).

PEREIRA, Marliange da Silva. **Mecanismos de Participação e Organização Comunitária: um estudo na Região Chico Mendes**. MBA em Gestão Urbana, Habitacional e Desenvolvimento Social. ÚNICA. 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PINHEIRO, Fundação João. **Síntese Déficit Habitacional no Brasil**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995

POLIS, Instituto. **Habitação: avaliação da política municipal 2001-2002**. In. Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 21. PUC-SP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Habitação: avaliação da política municipal**. In. Observatório dos Direitos do



Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 04. 2 ed. PUC-SP, 2002.

RAMOS, Maria Helena Rauta Ramos (org.). **Metamorfoses Sociais e Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROCHA, Alby Duarte, OKABE, Irene, MARTINS, Marcelo Edmundo Alves et al. **Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final?**. Ciênc. saúde coletiva, 2000, vol.5, no.1, p.63-81. ISSN 1413-8123.

SANTOS, Cláudio Hamilton **M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. In: Texto para discussão no 654, Brasília, julho de 1999.

SANTOS, Luís Delfim; MARTINS, Isabel. **A Qualidade de Vida Urbana: O caso da cidade do porto**. Universidade do Porto. Faculdade de Economia. Investigação - Trabalhos em curso - nº 116, Maio de 2002.

SEPURB, “Política de Habitação: Ações do Governo Federal jan/95 a Jun/98”, Brasília, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: Verso e Reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SILVEIRA, Janice. **A política habitacional no Brasil: o “exercício da participação” na comunidade Alto da Bela Vista em Palhoça/SC - Programa Habitar Brasil /BID**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSC, 2005.

SOARES, Fabiana de Souza. **O processo de negociação no Programa Habitar Brasil BID – seu significado para os sujeitos de direitos – os desafios para o Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. UFSC, 2007.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

WESTPHAL, Márcia Faria. **O Movimento Cidades/Municípios Saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida**. Ciênc. saúde coletiva, 2000, vol.5, no.1, p.39-51. ISSN 1413-8123. BRASIL, Projeto Habitar – BID (BRA/00/019),



## **Apêndice 1-** Questionário sobre Qualidade de Vida e Participação Comunitária

# QUESTIONÁRIO: QUALIDADE DE VIDA E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Nome: \_\_\_\_\_

Setor:

Casa:

## IDENTIFICAÇÃO

### 1. Sexo do Titular

☐ Masculino ☐ Feminino

### 2. Idade do Titular

☐ De 18 a 30 anos ☐ De 31 a 40 anos ☐ De 40 a 50 anos ☐ Mais de 51 anos

### 3. Procedência

☐ Florianópolis ☐ outro Estado ☐ Interior do Estado

### Tempo de moradia na Região do Bairro Monte Cristo?

☐ menos de 1 ano ☐ De 1 a 5 anos ☐ De 5 a 10 anos ☐ Acima de 10 anos

### 4. Estado Civil / Relação Consensual

☐ Solteiro ☐ Casado ☐ Viuvo  
☐ União Estável ☐ Separado ☐ Separado Judicialmente

### 5. Quantas pessoas moram na casa?

☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ acima de 3

### 6. Grau de Instrução do Titular

☐ Analfabeto ☐ Alfabetizado ☐ Fundamental ☐ Fundamental Incompleto  
☐ Ensino Médio ☐ Ensino Médio Incompleto ☐ Técnico ☐ Superior

### 7. Situação de Trabalho Atual

☐ Assalariado com Registro ☐ Funcionário Público ☐ Desempregado  
☐ Assalariado Sem Registro ☐ Autonomo ☐ Do Lar  
☐ Aposentado / Pensionista ☐ Afastado por doença ou invalidez ☐ outro

### 8. Renda Familiar

☐ Até 01 salário mínimo ☐ De 4 a 6 salários mínimos  
☐ De 1 a 3 salários mínimos ☐ Acima de 6 salários mínimos

### 10. Qual o modelo da sua casa?

☐ Modelo básica - **Tipo A** ☐ Modelo família numerosa - **Tipo D**  
☐ Modelo pessoa idosa ou portadora de necessidades especiais - **Tipo G**

### 11. Como era o modelo de sua casa antes do PHBB?

☐ Pequena ☐ Térrea ☐ Madeira  
☐ Média ☐ Sobrado ☐ Tijolo  
☐ Grande ☐ Mista ☐ Barraco

### 12. Sua família está satisfeita com a atual casa?

( Pode ser assinalada mais de uma questão)

☐ Sim **Porque:** ☐ melhor que anterior  
☐ N° de cômodos suficientes  
☐ tamanho adequado à família  
☐ ventilação adequada



- ( ) umidade adequada  
( ) preservação dos laços de vizinhança  
( ) outro: \_\_\_\_\_

- ( ) Não **Porque:** ( ) pior que anterior  
( ) N° de cômodos insuficientes  
( ) tamanho inadequado à família  
( ) pouca ou nenhuma ventilação  
( ) muita umidade  
( ) separação dos antigos vizinhos  
( ) outro: \_\_\_\_\_

**12. Qualidade do Isolamento Acústico:**

- ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Péssimo

**13. Qualidade do material utilizado na construção:**

- ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Péssimo

**14. Divisão dos espaços internos da casa:**

- ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Péssimo

**15. Energia Elétrica antes do PHBB:**

- ( ) Direto da Rede  
( ) Rabicho  
( ) Gato  
( ) Rabicho  
( ) Rede Comunitária

**Esta forma de acesso a energia elétrica respondia às necessidades da família?**

- ( ) Sim ( ) Não **Por que:** \_\_\_\_\_

**16. Energia Elétrica depois do PHBB:**

- ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Péssimo

**Esta forma de acesso a energia elétrica responde às necessidades da família?**

- ( ) Sim ( ) Não **Por que:** \_\_\_\_\_

**17. As crianças/adolescentes estão matriculados na creche/escola?**

- ( ) Sim ( ) Não **Por que:** \_\_\_\_\_

**18. Antes do PHBB as crianças/adolescentes iam para creche?**

- ( ) Sim ( ) Não **Por que:** \_\_\_\_\_

**19. A quantidade de creches/escolas é suficientes para atender a demanda do bairro?**

**Antes do PHBB**

- ( ) Sim  
( ) Não

**Depois do PHBB**

- ( ) Sim  
( ) Não

**20. Qualidade do Ensino:**

- ( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Não possui filhos na creche/escola  
( ) Regular ( ) Péssimo

**21. Pavimentação das ruas:**

**Antes do PHBB**

- ☐ Sim  
☐ Não

**Depois do PHBB**

- ☐ Sim  
☐ Não

**22. Qualidade da Pavimentação:**

**Antes do PHBB**

- ☐ Ótimo                      ☐ Bom                      ☐ Regular                      ☐ Péssimo

**Depois do PHBB**

- ☐ Ótimo                      ☐ Bom                      ☐ Regular                      ☐ Péssimo

**23. Qualidade das ruas:**

**Antes do PHBB**

- ☐ viela                      ☐ ruas  
☐ becos                      ☐ ruas estreitas  
☐ trilha                      ☐ ruas amplas

**Depois do PHBB**

- ☐ viela                      ☐ ruas  
☐ becos                      ☐ ruas estreitas  
☐ trilha                      ☐ ruas amplas

**24. Sua comunidade possui associação de moradores ou conselho comunitário?**

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Desconheço

**25. Sua comunidade tem informações sobre as reuniões comunitárias?**

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Desconheço

**26. Sua família participa das reuniões comunitárias?**

- ☐ Sim      ☐ Não

**27. Alguém da sua família participa ou já participou do projeto FTT?**

- ☐ Sim      ☐ Não

**28. Vc ou alguém da sua família participa de algum outro tipo de associação?**

- ☐ Sim      ☐ Grupo Religioso                      ☐ Grupo de AA                      ☐ Não  
☐ Grupo de Jovens                      ☐ ONG  
☐ Grupos recreativos                      ☐ Partido Político  
☐ Grupo de Mulheres                      ☐ outro  
☐ Grupo de Terceira Idade

**29. Vc ou alguém da sua família participa de cursos ou oficinas promovido pela associação de moradores junto com a equipe técnico do PHBB?**

- ☐ Sim      ☐ Não      ☐ Desconheço tais atividades

**30. Vc ou alguém da sua família participavam de associação de moradores ou de alguma organização comunitária antes do PHBB?**

- ☐ Sim      ☐ Não

**31. Vc acha que sua comunidade está melhor organizada:**

- ☐ Antes do PHBB      **Porque:** \_\_\_\_\_

- ☐ Depois do PHBB      **Porque:** \_\_\_\_\_

- ☐ Desconheço



**32. Seu bairro possui áreas verdes?**

☐ Sim    ☐ Não    ☐ Desconheço

**33. Antes do PHBB existiam áreas verdes?**

☐ Sim    ☐ Não    ☐ Desconheço

**34. Coleta de lixo:**

**Antes do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**Depois do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**35. Qualidade da Coleta:**

**Antes do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo

**Depois do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo

**36. Abastecimento de água:**

**Antes do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo

**Depois do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo

**Rede de esgoto:**

**37. EXISTIA REDE DE ESGOTO**

**Antes do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**Depois do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**38. TRATAMENTO DE ESGOTO**

**Antes do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**Depois do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**39. AVALIAÇÃO DA REDE E TRATAMENTO DE ESGOTO**

**Antes do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo  
☐ Desconheço

**Depois do PHBB**

☐ Ótimo  
☐ Bom  
☐ Regular  
☐ Péssimo  
☐ Desconheço

**40. Unidade Local de Saúde do Bairro Monte Cristo:**

**Antes do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**Depois do PHBB**

☐ Sim  
☐ Não  
☐ Desconheço

**41. AVALIAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO BAIRRO MONTE CRISTO**

**Antes do PHBB**

**Depois do PHBB**

- |                                       |                                       |
|---------------------------------------|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> ) Ótimo      | <input type="checkbox"/> ) Ótimo      |
| <input type="checkbox"/> ) Bom        | <input type="checkbox"/> ) Bom        |
| <input type="checkbox"/> ) Regular    | <input type="checkbox"/> ) Regular    |
| <input type="checkbox"/> ) Péssimo    | <input type="checkbox"/> ) Péssimo    |
| <input type="checkbox"/> ) Desconheço | <input type="checkbox"/> ) Desconheço |

**42. FREQUÊNCIA DA PROCURA DA FAMÍLIA A ULS**

**Antes do PHBB**

- ☐ ) muito frequente
- ☐ ) 1 vez or mês
- ☐ ) menos de uma vez

**Depois do PHBB**

- ☐ ) muito frequente
- ☐ ) 1 vez or mês
- ☐ ) menos de uma vez

**Porque:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**43. Vc ou alguém da sua família já recebeu visitas educativas do trabalhadores do Projeto FTT?**

- ☐ ) Sim    ☐ ) Não    ☐ ) Desconheço

**44. Quais os temas abordados pelos trabalhadores do Projeto FTT?**

Anotar 1 ou mais)

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> ) lixo/coleta seletiva             | <input type="checkbox"/> ) limpeza da caixa da água                |
| <input type="checkbox"/> ) animais domésticos               | <input type="checkbox"/> ) arborização e ajardinamento             |
| <input type="checkbox"/> ) rede de esgoto                   | <input type="checkbox"/> ) Passeios Educativos sobre Meio Ambiente |
| <input type="checkbox"/> ) capinar, varrer, limpeza de ruas | <input type="checkbox"/> ) outros                                  |

**45. Após a visita destes trabalhadores houve alguma mudança no procedimento em relação a situação sanitária e ambiental?**

- ☐ ) Sim    ☐ ) Não    ☐ ) Nunca recebeu visitas    **Porque:** \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_



**Anexo 1 - Organograma da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental**

